



**SEM LIBERDADE
NÃO HÁ INFORMAÇÃO.**

Campanha Nacional em Defesa
da Liberdade de Imprensa

VIOLÊNCIA E LIBERDADE DE IMPrensa NO BRASIL

RELATÓRIO FENAJ 2006

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

VIOLÊNCIA E LIBERDADE DE IMPrensa NO BRASIL

RELATÓRIO FENAJ 2006

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
Comissão Nacional de Direitos Humanos
HIGS 707 – Bl. R. Casa 54
CEP 70.351-718 Brasília – DF
Tels: (61) 3244-0650/3244-0658
Fax: (61) 3242-6616
E-mail: fenaj@fenaj.org.br
Site: www.fenaj.org.br

Realização

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
Comissão Nacional de Direitos Humanos

Pesquisa e Edição

Carmen Silva

Textos

Carmen Silva e Sílvia Sales

Brasília – Brasil
Maio 2007

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	
Liberdade para quem?	4
INTRODUÇÃO	
A face da censura	5
OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA	
Agressão encabeça o ranking da violência	6
A REALIDADE BRASILEIRA	
A realidade nos bastidores da notícia	8
Temas abordados nas reportagens que resultaram nas agressões	15
RELATO DE CASOS	
Violência e desrespeito à liberdade de imprensa noticiados e denunciados em 2006	16
1. Assassinatos	16
2. Seqüestro	17
3. Agressões Físicas e Verbais	18
4. Ameaças	25
5. Prisão e tortura	28
6. Censura e assédio judicial	31
7. Atentados	41
8. Desrespeito ao Sigilo de Fonte	44
COBERTURA DE RISCO	45
JULGAMENTOS E ARQUIVAMENTOS	47
DIRETORIA DA FENAJ	50

Liberdade para quem?

A conclusão do texto final deste relatório coincidiu com dois fatos bastante ilustrativos. Em São Paulo, um jornalista foi demitido sumariamente por ter cometido o crime de lembrar, em um texto obituário, a estreita colaboração dos senhores da mídia com o regime militar. Assunto indigesto e excluído da memória seletiva dos nossos patrões. Alguns dias depois, em Goiânia, 28 jornalistas foram "pro olho da rua" porque ousaram usar roupa preta em protesto contra o atraso no pagamento dos salários. Este documento com o relato e a sistematização da violência contra a nossa profissão no Brasil, em 2006, materializa o compromisso da Federação Nacional dos Jornalistas (**FENAJ**) de denunciar o uso da força, o abuso de poder, as ameaças veladas ou não, o assédio moral para impedir o acesso e difusão da informação.

A Federação e os nossos 31 Sindicatos filiados têm absoluta consciência de seu papel de protagonistas nessa luta, de referência da categoria e da sociedade civil. Chama atenção, mais uma vez, o acúmulo de casos durante o período eleitoral. Situação que deve ser alvo de preocupação das instituições democráticas. Lutar contra a violência descrita neste documento é nossa obrigação. Mas é preciso ir além.

Os dois acontecimentos citados acima, infelizmente, não são isolados. Pertencem a uma longa tradição de desrespeito do direito dos jornalistas de se expressarem livremente através do seu trabalho ou mesmo de reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Traduzem a concepção liberal e arraigada dos donos da mídia: Liberdade de imprensa é, exclusivamente, a liberdade deles. Não é por acaso que resistem a qualquer norma ou regra que pretenda regular de modo democrático a ação pública dos meios de comunicação. Trata-se de defender o princípio da liberdade de empresa e só isso. Enfrentar essa ideologia autoritária e excludente também é tarefa nossa. Dos jornalistas e de todo cidadão que defenda a democracia e a justiça social no Brasil.

Brasília, maio de 2007

Sérgio Murillo de Andrade
Presidente da FENAJ

A face da censura

Mais uma face da realidade da imprensa brasileira pode ser vista no estudo a **“Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil – Relatório FENAJ 2006”**, realizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Jornalistas. O relatório revela não só para a nossa sociedade, mas também para a comunidade internacional, que o jornalismo praticado no País ainda está marcado a ferro e fogo por desmandos e atos que buscam sufocar o trabalho dos profissionais da mídia, manchando o ainda recente processo de redemocratização em nosso território.

Em 2006, foram coletadas informações sobre 68 casos de violência e cerceamento à liberdade de imprensa vividos por profissionais da área em diversos Estados de todas as regiões brasileiras. A grande maioria das vítimas é formada por jornalistas. Estes casos foram analisados sobre diversos aspectos, no intuito de diagnosticar os meandros que envolvem o cenário de violência contra a imprensa no País. Além desses 68, outros seis casos sobre coberturas de risco, arquivamento de processo e julgamentos também foram incluídos no relatório a título informativo, mas não foram considerados na análise.

Para esse estudo, foram examinadas denúncias e informações recebidas e divulgadas principalmente por sindicatos de jornalistas do Brasil e pela própria **FENAJ**, mas também foram avaliados dados veiculados por meios de comunicação voltados ao público jornalístico. Alguns dos obstáculos enfrentados, já percebidos no relatório de 2005 e que se repetiram no de 2006, foram as dimensões do território brasileiro e da própria categoria, dificuldades em parte superadas com o trabalho de pesquisa complementar, por meio de cruzamento de informações.

Ao contrário do ano anterior, percebe-se que desta vez muitos casos foram mais amplamente divulgados, ao menos nas páginas especializadas da Internet, destinadas ao público formado por profissionais da imprensa. Mas essa leve melhora ainda não é suficiente. É necessário que os profissionais denunciem cada vez mais, o que percebe-se que ainda não é um hábito no Brasil. Enquanto isso não acontecer, teremos que trabalhar com uma amostragem da realidade brasileira.

Os dados deste relatório também foram confrontados com o levantamento de 2005. O objetivo é traçar um quadro comparativo que, nos anos subsequentes, será ampliado. É mais uma forma desse estudo contribuir com o estímulo à denúncia, com a sensibilização dos órgãos de defesa dos Direitos Humanos e, principalmente, do Poder Público, para que garanta com políticas eficientes a liberdade imprensa assegurada na Constituição. Só a união de diversos segmentos políticos e sociais pode reverter esta realidade diagnosticada neste levantamento. Não só a categoria, mas, sobretudo a sociedade tem a ganhar em um País onde se possa dizer que existe liberdade em informar e em ser informado.

Carmen Silva
Coordenadora da Comissão Nacional de
Direitos Humanos da FENAJ

Agressão encabeça o ranking da violência

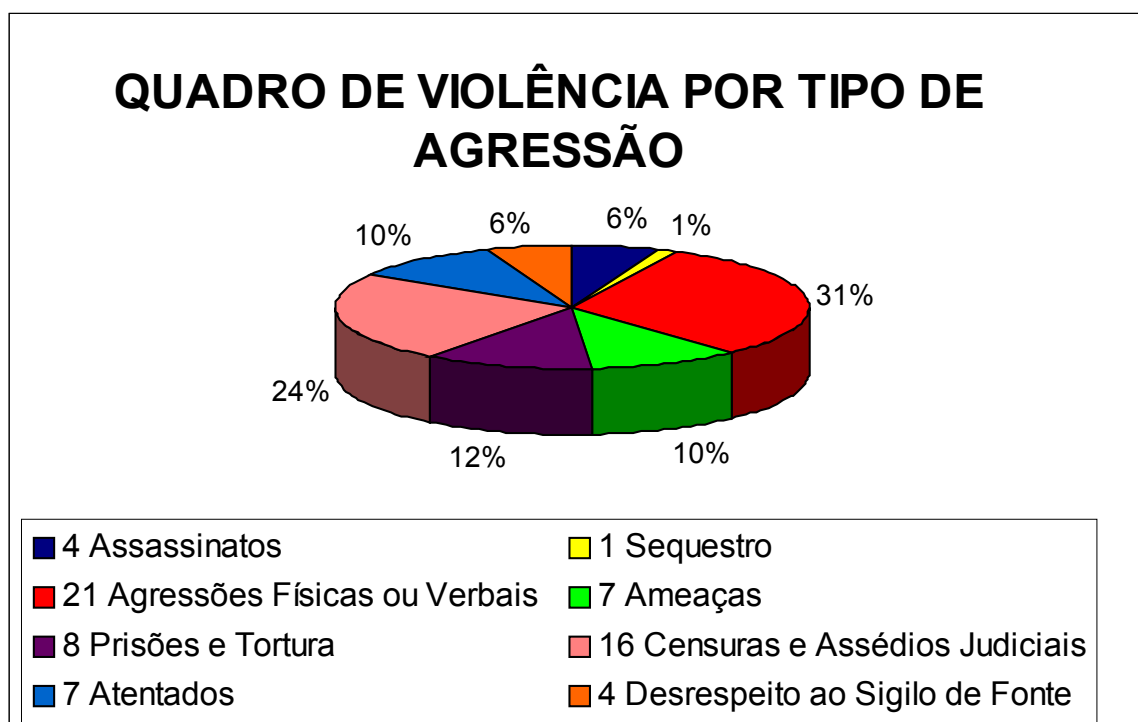
Treze de agosto de 2006. A população brasileira se assusta com mais um capítulo da violência no País, já cotidiana e ainda surpreendente. No programa Fantástico, entre os maiores líderes de audiência no Brasil, são veiculadas imagens com exigências da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) contra o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Por trás da gravação que chocou os brasileiros estava o seqüestro, ocorrido no dia anterior em São Paulo (SP), do repórter Guilherme Portanova e do auxiliar técnico Alexandre Coelho Calado, da Rede Globo. O jornalista foi mantido sob a mira dos seqüestradores que ameaçavam matá-lo caso a gravação não fosse exibida e só o libertaram 24 horas depois dela ter ido ao ar.

A grande repercussão do seqüestro da equipe jornalística trouxe à tona uma realidade camuflada, que envolve os profissionais de imprensa de Norte a Sul do País. Segundo o levantamento feito pela Comissão de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Jornalistas (**FENAJ**), em 2006 foram 68 casos de violência e de cerceamento da liberdade de imprensa no Brasil, a maioria com divulgação restrita. Entretanto acreditamos que este número pode ser maior, pois avaliamos que muitos casos ainda deixam de ser denunciados.

O levantamento revela também semelhanças entre a quantidade e o perfil dos casos de violência e cerceamento da liberdade de imprensa registrados em 2006 e 2005, quando foram catalogadas 67 ocorrências. Assim como em 2005, em 2006 a maioria foi de agressões físicas e verbais (21 casos), mostrando que o uso da violência é uma constante para impedir o trabalho dos jornalistas. Da mesma forma, também ficaram em segundo lugar os casos de censura e assédio judicial, 16 no total, que neste novo levantamento vêm reunidos em uma só categoria, já que em muitas vezes agregam características comuns.

O recurso à Justiça tem sido uma estratégia freqüentemente usada para intimidar o trabalho da imprensa, principalmente em anos eleitorais, como em 2006, quando grande parte dos casos envolveu como autores candidatos e coligações políticas interessadas em impedir a divulgação de denúncias para seus eleitorados. E muitas vezes essas pessoas que deveriam garantir o direito constitucional de acesso à informação saem vencedores na queda de braço pela divulgação de notícias. Agentes do mundo político e do serviço público prosseguem sendo maioria entre os autores dos casos catalogados no relatório 2006, assim como ocorreu em 2005.

As formas de expressão dessa violência que busca calar a boca da imprensa podem atingir facetas extremas. Em 2006, foram quatro casos de assassinatos de profissionais da área, o dobro do número registrado no ano anterior, e oito de prisão e tortura, quatro vezes mais que o denunciado no relatório passado. Além do seqüestro da equipe da TV Globo, em 2006 houve ainda sete atentados e sete casos de ameaças contra jornalistas, mesma quantidade registrada em 2005. Foram situações extremas de risco e morte às quais foram submetidos profissionais em um País que cada vez mais se sedimenta como sendo perigoso para o trabalho da imprensa.



A falta de garantia no Brasil para o direito ao livre exercício do jornalismo se observa já a partir das redações. Além da auto-censura, freqüente porém mais difícil de ser diagnosticada devido ao jogo de poder interno dentro dos veículos de comunicação, há ainda a invasão do trabalho de apuração da notícia, através de escutas telefônicas, por exemplo. Em 2006 foram registrados mais quatro casos de desrespeito ao sigilo de fonte, direito garantido pela Constituição Brasileira. Em 2005, foram dois casos desse gênero.

Diante desse cenário de violência e ataques à liberdade de imprensa, o Brasil revela-se um País de conflitos também no que se refere à cobertura jornalística. Se por um lado o livre exercício da profissão e o direito da população em ser informada são direitos fundamentais da Constituição brasileira, na prática o jornalismo no País se vê sufocado por decisões judiciais e atos de selvageria que colocam o profissional no limite. E o pior, muitas vezes sem o amparo das empresas onde trabalham que, quando não censuram os profissionais ainda dentro das redações, por interesses econômicos e políticos, acabam não garantindo sua segurança e integridade, seja com equipamentos, assessoria jurídica ou outros mecanismos.

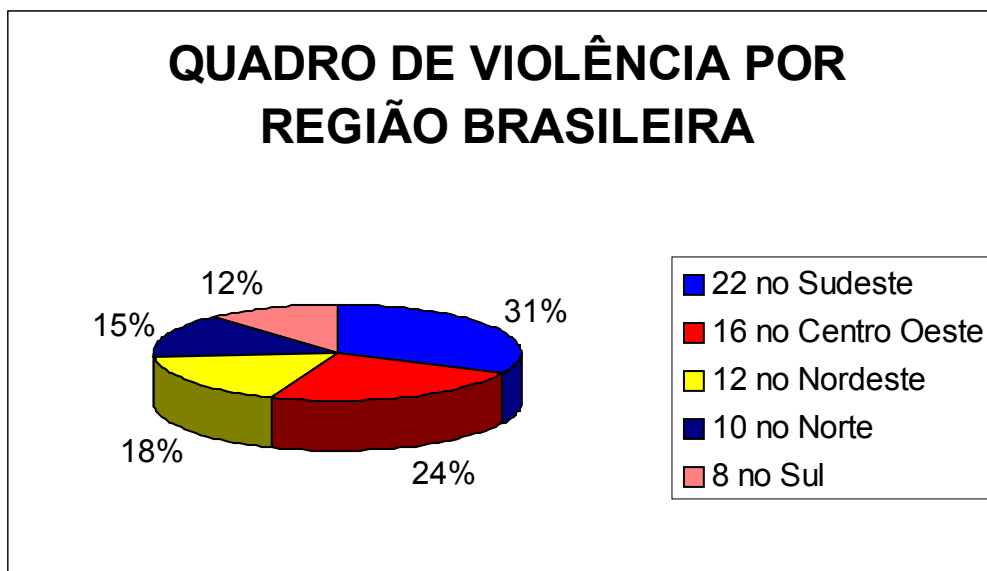
Também o Poder Público se mostra em muitos momentos incapaz de honrar o seu papel, punindo, por exemplo, os responsáveis pelas agressões, muitos deles ocupantes de cargos públicos. A democracia brasileira, por conseqüência, se vê também ameaçada, por um sistema que acaba por construir uma realidade de fachada para ser "consumida" pelo grande público.

A realidade nos bastidores da notícia

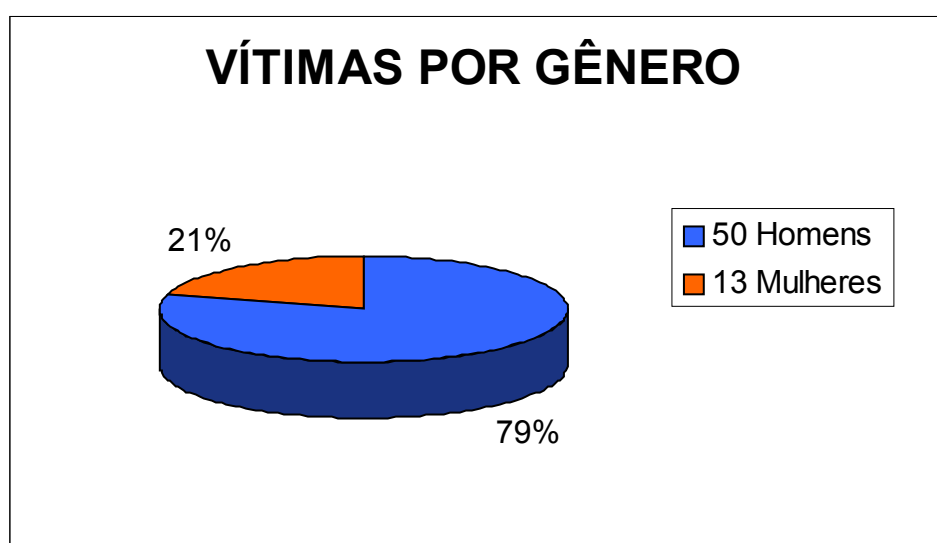
A história do jornalismo no Brasil vem sendo marcada por fatos que mancham a reputação de um País onde em tese há garantias para a liberdade de imprensa. Assim como ocorreu em 2005, em 2006 os profissionais da mídia brasileira enfrentaram sérios desafios na tentativa de fazer valer o direito de se expressar e informar a população. Mortes, seqüestro, ameaças, agressões, prisões, tortura e outras formas de intimidação foram usadas para obstruir o trabalho da imprensa. Por trás dos fatos onde o jornalista virou notícia, estão mais uma vez como maioria entre os agressores pessoas ligadas à área política e pública, que deveriam assegurar o direito a informar e ser informado. O relatório que a Federação Nacional dos Jornalistas (**FENAJ**) apresenta retrata alguns aspectos desta realidade, que ainda está escondida nos bastidores da notícia.



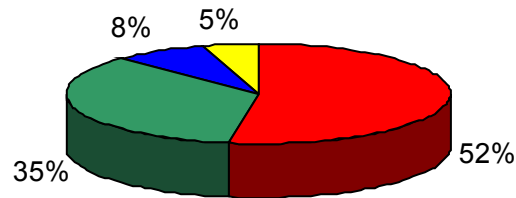
A região Sudeste, mais precisamente o Estado de São Paulo, prossegue sendo a campeã no ranking nacional das agressões contra jornalistas. A região Centro Oeste aparece como segunda colocada, tendo no Distrito Federal a maior quantidade de casos. Em terceiro e quarto lugares, respectivamente, as regiões Nordeste e Norte, onde o Pará revela-se como o Estado com maior número de registros. Por fim, a região Sul, onde Santa Catarina se destaca na quantidade de ocorrências.



Os homens continuam sendo as principais vítimas das agressões envolvendo pessoa física, atingindo 79% do total. Da mesma forma, os profissionais de texto continuam na liderança no estudo, sendo também as principais vítimas em casos de censura e assédio judicial. Os profissionais de imagem prosseguem na segunda colocação, representando os principais atingidos em casos de agressões físicas e verbais, tipo de violência que atinge também grande parte dos casos envolvendo mulheres como vítimas.



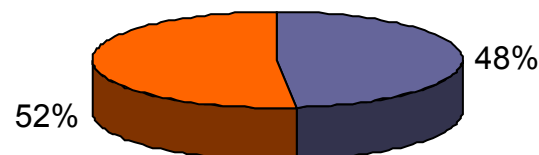
VÍTIMAS POR ÁREA DE TRABALHO



- 33 Profissionais de Texto
- 22 Profissionais de Imagem
- 5 Trabalhadores de Empresas de Comunicação
- 3 Proprietários/Dirigentes de Veículos de Comunicação

Vítimas Pessoas Jurídicas – 14 empresas
Vítimas não identificadas – Cinco casos

QUEM SÃO OS AGRESSORES? (Identificados)

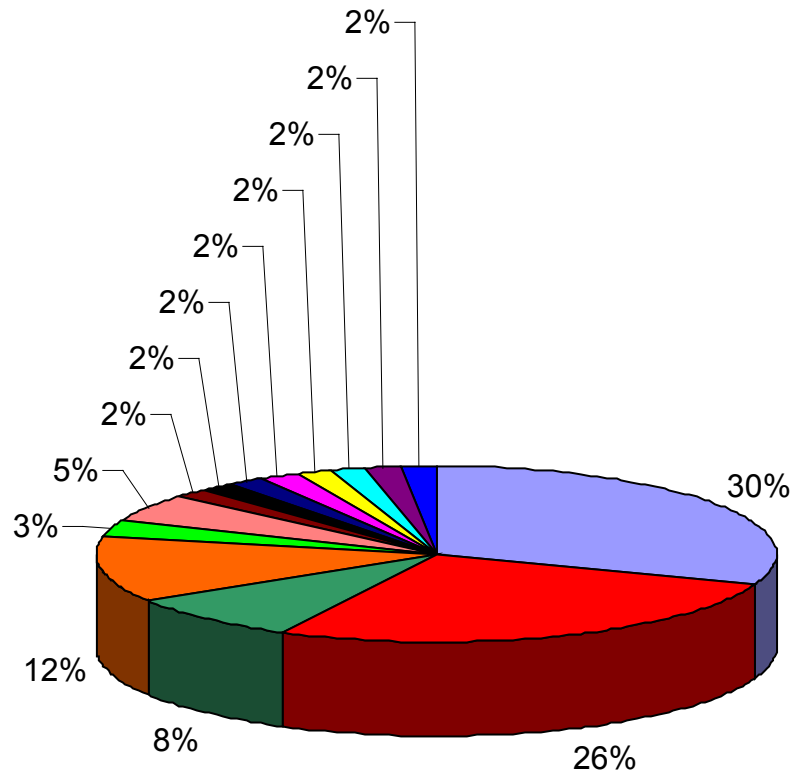


- 30 Homens
- 32 Casos de empresas, grupos de criminosos, grupos políticos, partidos, time de futebol, órgãos públicos, etc.

Dez casos com agressores não identificados

Em 2006, não foi registrado nenhum caso que tivesse mulheres como agressores. Neste ano, foi registrada uma correlação entre a quantidade de ocorrências com agressores pessoa física (homens) e pessoa jurídica, muitas delas coligações e partidos políticos. Em outros 10 casos os agressores não foram identificados.

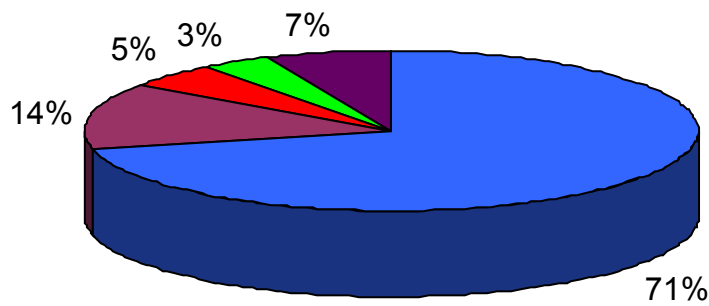
AGRESSORES IDENTIFICADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO



- 18 Casos envolvendo militares ou Polícias Militar, Civil ou Federal.
- 16 Casos envolvendo políticos ou a mando político
- 5 Casos envolvendo funcionários públicos
- 7 Casos envolvendo traficantes ou acusados de outros crimes
- 2 Casos envolvendo advogados
- 3 Casos envolvendo empresários ou empresas de comunicação
- 1 Caso envolvendo agricultores de soja
- 1 Caso envolvendo militantes políticos
- 1 Caso envolvendo o Ministério Público do Trabalho
- 1 Caso envolvendo grileiro
- 1 Caso envolvendo assessor de time de futebol
- 1 Caso envolvendo uma auto-escola
- 1 Caso envolvendo uma empresa
- 1 Caso envolvendo amigo da vítima

O relatório aponta que a grande maioria dos agressores, 71%, está nas áreas política e pública. A diferença em relação ao relatório passado é que em 2006 a maioria dos casos (18) envolveu policiais, civis, militares e federais, enquanto que em 2005 eles foram citados em seis casos. Já os recordistas de 2005, políticos ou a mando político, tiveram uma queda, aparecendo em 16 casos contra 21 no ano anterior. Os funcionários públicos também reduziram, e pela metade, o número de ocorrências onde aparecem como agressores: 10 em 2005 contra cinco em 2006. Os traficantes aparecem em 2006, mas não foram citados no relatório de 2005.

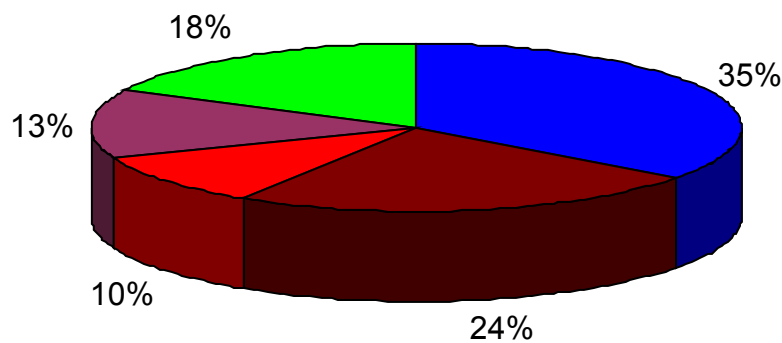
AGRESSORES IDENTIFICADOS POR ÁREAS GERAIS DE ATUAÇÃO



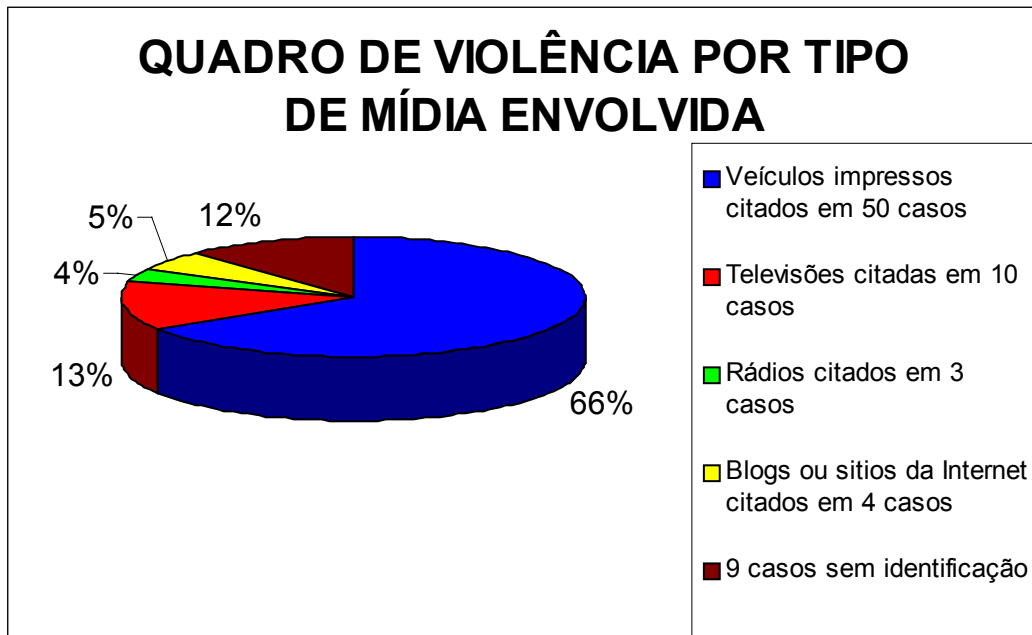
- 42 Casos onde os agressores estão na área política e pública
- 8 Casos onde os agressores são acusados de crimes, principalmente com vinculação com o crime organizado
- 3 Casos onde os agressores são empresários ou empresas de comunicação
- 2 Casos envolvendo conflito de terra e meio ambiente
- 4 Outros casos

O que se pode antever com o perfil dos agressores se confirma quando se considera o tema das reportagens alvo de violência. Os temas políticos ou relacionados à administração pública continuam sendo maioria: 35% contra 37% em 2005. Em um ano eleitoral, provocaram reações adversas matérias sobre o pleito nacional, propaganda e campanha dos candidatos, irregularidades na administração pública, cassação de políticos e outros temas que movimentaram o noticiário político. Em outras editorias, causaram reações violentas trabalhos sobre questões ambientais, narcotráfico, crime organizado e outras que relataram questões de nosso cotidiano urbano e rural.

TEMAS GERAIS ABORDADOS EM TRABALHOS JORNALÍSTICOS ALVOS DE VIOLÊNCIA



- 24 Temas políticos ou relacionados à administração pública
- 16 Temas relacionados à realidade urbana, rural ou social
- 7 Temas relacionados à ação policial ou judiciária
- 9 Temas diversos
- 12 Temas e casos não informados ou sem relação com cobertura jornalística



O relatório **FENAJ** 2006 denuncia à sociedade e ao Poder Público detalhes sobre a violência e o cerceamento à liberdade de imprensa no Brasil. Mostra que por trás das notícias que recebemos em nossas casas há profissionais que são vítimas das mais diversas formas de pressão, dentro e fora das redações, para manipular a informação ou até mesmo não divulgá-la. Tanto a categoria quanto todos os segmentos interessados em firmar o Brasil como um País democrático não podem se conformar com esta realidade. E a mudança depende da resistência e do trabalho de todos, em prol de um jornalismo livre, ético e de qualidade.

TEMAS ABORDADOS NAS REPORTAGENS QUE RESULTARAM NAS AGRESSÕES

Políticos ou relacionados à administração pública (total 24)

Eleições, propaganda e campanha eleitoral – 6
 Candidatura e nomeação cargo público – 3
 Irregularidades utilização dinheiro público, superfaturamento – 2
 Administração pública e arrecadação – 2
 Atuação do presidente – 1
 Greve de fome ex-governador – 1
 Cassação governante – 1
 Envolvimento de políticos com o tráfico – 1
 Conversa telefônica entre políticos – 1
 atentado contra senador – 1
 Práticas ilegais de parlamentar - 1
 Emissão ilegal de carteiras de motorista - 1
 Transporte coletivo e indústria da multa – 1
 Atuação de partido político – 1
 Posse ministra STF – 1

Realidade urbana, rural ou social (total 16)

Poluição e outras questões ambientais - 4
 Narcotráfico e assassinato a mando do tráfico – 2
 Assassinatos (adolescente e tributarista) – 2
 Crime organizado - 1
 Inauguração campus universitário – 1
 Manifestação estudantes - 1
 Prostituição infantil – 1
 Trabalho infantil – 1
 Grilagem de terras - 1
 Fraude contra companhias de seguros (Máfia dos Corpos) - 1
 Esquema de roubo de carros - 1

Ação policial ou judiciária (total 07)

Assassinato de soldado ou policiais - 4
 Situação centro penitenciário - 1
 Repressão policial - 1
 Greve dos médicos – 1

Diversos (total 09)

Esportes (partidas, campeonatos e diretoria de clubes) - 3
 Conflitos trabalhistas – 2
 Tumulto em local público – 1
 Queda de avião – 1
 Leilão companhia aérea - 1
 Liberdade de imprensa – 1

Não informados ou sem relação com cobertura jornalística - 12

Violência e desrespeito à liberdade de imprensa noticiados e denunciados em 2006

O relatório **FENAJ 2006 – Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil**, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da federação, mostra a seguir uma sinopse dos 68 casos registrados neste ano. Para melhor compreensão, os relatos foram divididos em oito categorias: assassinatos, seqüestro, agressões físicas e verbais, ameaças, prisão e tortura, censura e assédio judicial, atentados e desrespeito ao sigilo de fonte. Em cada uma das categorias, os casos são divididos por Estado, apresentados em ordem alfabética, assim como os nomes das vítimas. Também foram incluídos, a título informativo já que não foram considerados nas estatísticas, casos envolvendo cobertura de risco, arquivamento de processo e julgamentos.

1. Assassinatos

Mato Grosso do Sul

André Felipe – Campo Grande – 4 de fevereiro

Funcionário das rádios Mega 94 e Cultura AM, André Felipe foi morto a tiros, em Campo Grande (MS), no dia 4 de fevereiro. Os supostos assassinos, Ronaldo Everaldo Ferreira Marinho e Bruno da Silva Galvão, dois militares da ativa, confessaram ter querido "dar medo" na vítima e roubá-la.

José Késsio – Ponta-Porã – 13 de março

Ainda em Mato Grosso do Sul, na cidade de Ponta-Porã, fronteira com o Paraguai, José Késsio, da Amambay FM, foi morto, em 13 de março, com onze balas calibre 9, por um indivíduo que veio ao seu encontro na própria rádio.

Segundo as informações obtidas por "Repórteres sem Fronteiras", o filho da vítima, de 10 anos, testemunha direta do assassinato, identificou formalmente Renato José Fonseca Chiodi, amigo de infância do pai e ex-vizinho.

O suposto assassino é reincidente. Ele estava no Paraguai desde 2003, ano em que fugiu da prisão. A hipótese de um acerto pessoal de contas é a mais provável.

São Paulo

Manuel Paulino – Guarujá – 20 de julho

O empresário Manuel Paulino, um dos investidores do Hoje Jornal, foi assassinado no dia 20 de julho a tiros, juntamente com a advogada Camila Francisco. Quando o carro no qual trafegavam parou em um sinal, eles foram alvejados por uma pessoa que estava em uma motocicleta. O caso aconteceu em Guarujá (SP).

Rio de Janeiro

Ajuricaba Monassa de Paula – Guapimirim – 24 de julho

Jornalista freelancer, Ajuricaba Monassa de Paula, 73 anos, morreu ao ser violentamente golpeado pelo vereador Osvaldo Vivas, no dia 24 de julho, no Município de Guapimirim, interior do Estado do Rio de Janeiro. Faixa preta em luta marcial, o agressor espancou brutal e covardemente o jornalista que, removido ao hospital, não resistiu aos ferimentos. Ajuricaba vinha denunciando na imprensa práticas ilegais do vereador. A Federação Nacional dos Jornalistas (**FENAJ**) pediu providências à então governadora do Estado, Rosinha Garotinho.

2. Seqüestro

São Paulo

Guilherme Portanova (repórter) e Alexandre Calado (auxiliar técnico) – São Paulo – 12 de agosto

O repórter Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Coelho Calado, da Rede Globo, foram seqüestrados quando tomavam café em uma padaria na capital paulista no dia 12 de agosto. Na tarde do mesmo dia, Calado foi libertado e trouxe um DVD que deveria ser exibido pela emissora em rede nacional ou Portanova seria assassinado. A gravação continha exigências do Primeiro Comando da Capital (PCC) contra o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Após 24 horas da exibição da fita, Portanova foi libertado, próximo à emissora.

A **FENAJ**, em nota oficial, condenou o seqüestro da equipe da Rede Globo, ao mesmo tempo em que alertou a sociedade brasileira para a gravidade de situações que colocam em risco a atividade jornalística no país. O seqüestro é um crime hediondo e, portanto, injustificável em qualquer situação, diz a nota, acrescentando que neste “caso específico é ainda mais repudiável por se tratar de uma ação contra dois trabalhadores no exercício de suas funções profissionais com o objetivo de impor uma exigência à empresa empregadora”.

A nota exige ainda uma urgente revisão das políticas de segurança e carcerárias em curso no país e salienta que “até desenvolvermos patamares mínimos de cidadania, a imprensa - e os jornalistas em especial - passam a ser objetos possíveis de ataques”.

Ainda no documento, a **FENAJ** aprova a atitude da Rede Globo de atender as exigências dos seqüestradores. “Para nós, a ação da Rede Globo não configura qualquer submissão a grupos criminosos, mas sim um ato de valorização da vida humana”.

3. Agressões Físicas e Verbais

Bahia

Paulo Mocofaya – Camaçari – 18 de janeiro

O repórter-fotográfico Paulo Mocofaya foi agredido a socos e empurrões pelo sócio majoritário da TV Camaçari, Jucielio Andrade de Oliveira, na manhã do dia 18 de janeiro. O jornalista fazia a cobertura de audiência ocorrida no Ministério Público do Trabalho, provocada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade no último dia 17. O caso aconteceu na frente do prédio onde se realizava a audiência que apura irregularidades na contratação de funcionários sem a devida habilitação profissional na TV Camaçari.

O dono da empresa danificou o equipamento do fotógrafo e ainda passou a agredi-lo fisicamente, a ponto de rasgar a camisa do profissional. O fato foi presenciado por várias testemunhas. A insatisfação dele seria o registro de sua imagem.

A agressão contra Paulo Mocofaya, com quase 30 anos de história no jornalismo baiano, foi repudiada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia (Sinjorba) através de nota pública emitida por sua presidente, a jornalista Kardelícia Mourão. Mocofaya recebeu também moções de solidariedade da Associação dos Repórteres Fotográficos, Arfoc, e do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade, Sinterp.

Na Assembléia Legislativa, o deputado Edson Pimenta (PC do B) também repudiou a agressão, através de moção de pesar que protocolou junto à Secretaria Geral da Mesa Diretora da Casa. De acordo com o deputado, o fotógrafo foi apanhado de surpresa. "O ataque desferido pelo sócio majoritário da TV Camaçari, Jucielio Andrade de Oliveira, foi feito de forma arbitrária e desrespeitosa".

O parlamentar defendeu a investigação severa desses crimes contra a liberdade de imprensa e a punição dos envolvidos em processos dessa natureza, que não podem continuar a registrar baixos índices, quer pela falta de estrutura policial, quer pela morosidade da Justiça, pois, segundo o deputado, "isto faz de seus autores reincidentes e espelho para a continuidade dessa prática repugnante".

Ceará

Mauri Melo – Fortaleza – Agosto

Na capital cearense, seguranças da Companhia Energética do Ceará (Coelce) agrediram o repórter-fotográfico Mauri Melo, do jornal "O Povo", durante a realização de uma reportagem. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará (Sindijorce) emitiu nota de repúdio contra o ato e de solidariedade ao jornalista.

Rafael Luís – Fortaleza – 25 de agosto

Ao ligar o gravador, o jornalista Rafael Luís, repórter da Editoria de Esportes do jornal cearense "O Povo", levou um soco no peito do assessor da presidência do Ceará Sporting Club, Joel Queiroz, na sexta-feira, dia 25 de agosto, nas dependências do clube de futebol. Em outras ocasiões, Queiroz já tinha agredido o jornalista verbalmente. Rafael foi um dos autores da reportagem "Queda de braço", divulgada pelo O Povo no dia 24 de agosto, que abordava a disputa entre dirigentes do Ceará - candidatos a deputado federal -, e o atraso de salários de jogadores e funcionários do clube.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará (Sindijorce) e a **FENAJ** repudiaram publicamente a truculência do assessor da presidência do Ceará, solidarizando-se com o companheiro agredido e colocando as assessorias jurídicas das entidades à disposição do colega para que fossem tomadas as medidas legais cabíveis no sentido de punir com rigor aquele que, mediante o uso da força e da intimidação, tenta impedir o livre exercício profissional.

Distrito Federal

Celso Júnior (repórter-fotográfico) e Leonêncio Nossa (repórter) – Brasília – Abril

Um assessor da Secretaria de Imprensa da Presidência e cinco seguranças do Palácio do Planalto agrediram o repórter fotográfico da Agência Estado, Celso Júnior. O incidente ocorreu após a posse da ministra Ellen Gracie na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). A notícia foi divulgada, no dia 30 de abril, pela imprensa.

O repórter fotográfico conseguiu se colocar em frente ao carro estacionado nos fundos do STF para levar Lula ao Palácio do Planalto. Ao perceber a presença de Celso Júnior, o operador de reportagem da Secretaria de Imprensa, Francisco Novaes, agarrou o fotógrafo pelo braço. Celso Júnior conseguiu se desvencilhar, mas o assessor puxou-o pelo pescoço, deu-lhe dois socos no rosto e o impediu de registrar a cena em que Lula se despedia da ministra.

Quando o fotógrafo conseguiu se livrar do assessor, dois seguranças do Planalto correram e o seguraram pelos braços, enquanto ele tentava preservar a máquina. Outros três seguranças acompanharam a situação.

Minutos antes da agressão, outro segurança deu um soco no estômago do repórter Leonêncio Nossa, do grupo Estado, que revidou com outro soco. O segurança disse que iria guardar a fisionomia do repórter. Diante da ameaça, o jornalista pediu que ele guardasse também o nome e exigiu do agressor que se identificasse.

Jornalistas de vários veículos – Brasília – 30 de outubro

No Palácio da Alvorada, militantes do PT hostilizaram vários jornalistas que cobriam o dia seguinte da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o presidente da

FENAJ, Sérgio Murillo de Andrade, o caso das agressões em Brasília é condenável. “A Federação defende que as pessoas possam manifestar sua contrariedade à cobertura da imprensa, mas jamais irá concordar com ameaças e violências contra jornalistas ou a própria imprensa, como instituição”.

Espírito Santo

Marcelo Carlos – Vitória – Maio

O repórter da TV Capixaba, Marcelo Carlos, afiliada da Rede Bandeirantes, foi agredido com um chute na altura da cintura. A agressão foi feita por um traficante, chefe do tráfico no Estado, que estava sendo levado pela polícia para depoimentos. Ele é acusado de, por meio de um celular, de dentro da prisão, ordenar a morte de um casal que estava em dívida com ele. A ligação foi gravada pela Polícia Federal.

Mato Grosso

Lauristela Guimarães – Cuiabá – 5 de maio

No dia 5 de maio, a jornalista Lauristela Guimarães, da TV Record, foi agredida pela defesa do ex-deputado federal Ronivon Santiago (PP-AC), advogado Edmar Júnior. O fato ocorreu na sede da Delegacia Regional da Polícia Federal.

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor) disse que a atitude do advogado é contra a liberdade de expressão e de informar a população. “Profissionais de imprensa não são culpados pelas mazelas do país e pela tentativa de alguns de fazer prevalecer a impunidade”, assinala o documento.

Mato Grosso do Sul

Ginez César – Dourados – 14 de fevereiro

No dia 14 de fevereiro, o jornalista Ginez Cesar cobria a inauguração do campus II da Uniderp pelo Jornal O Progresso quando foi agredido verbalmente pelo prefeito de Dourados (MS), Laerte Tetila.

Ele criticou reportagens sobre sua administração veiculadas pelo jornal e pela TV Morena, onde Ginez é repórter e apresentador do telejornal. O prefeito acusou o profissional de fazer “jornalismo terrorista”.

O Sindicato dos Jornalistas da Grande Dourados (Sinjorgran), o Clube de Imprensa de Dourados e o Sindicato dos Jornalistas do Mato Grosso do Sul (SindJor-MS) solidarizaram-se com o colega e condenaram a agressão à liberdade de imprensa praticada pelo prefeito.

Pará

Celivaldo Carneiro (editor-proprietário), Carlos Matos (repórter-fotográfico) e outros profissionais – Santarém – 13 de maio

Nos município de Santarém, no oeste do Pará, o editor-proprietário do jornal Gazeta de Santarém, Celivaldo Carneiro, o repórter-fotográfico Carlos Matos e outros profissionais foram agredidos verbalmente pelos agricultores da soja. O fato ocorreu no dia 13 de maio, quando eles registravam uma manifestação do Greenpeace - ONG que atua contra o desmatamento provocado pela expansão da cultura da soja – na orla fluvial da cidade.

Eles foram tachados de "preguiçosos", "índios", entre outros impropérios, pelo fato de estarem ali fazendo a cobertura jornalística do fato.

"Nós viemos pra cá trazer o desenvolvimento pra vocês, seus índios preguiçosos, que não gostam de trabalhar" gritaram os agressores. Contra o fotógrafo Carlos Matos, foram mais além: agrediram-no, danificando sua máquina fotográfica.

Jaime Souza – Belém – 17 de março

No Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, em Belém, o repórter-fotográfico Jaime Souza, do jornal "Amazônia Hoje", foi agredido por Marcelo Luttier, acusado de assassinar a menor Bruna Leite. Ele é reincidente no caso de agressão a jornalistas. No final do ano passado agrediu a também repórter fotográfica Camila Lima.

O Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) emitiu nota contra a violência sofrida pelo jornalista. A entidade repudiou a agressão aos colegas de imprensa e chamou a atenção das autoridades para acusados de crimes que se escondem atrás de supostos problemas mentais para escapar do peso da Justiça.

Jorge Ladimar – Belém – 23 de março

No dia 23 de março, o repórter cinematográfico da TV Liberal, afiliada da Rede Globo na capital paraense, Jorge Ladimar, foi espancado e ameaçado por donos da auto-escola Modelo. O fato ocorreu depois que ele prestou depoimento em uma sindicância aberta pelo Departamento de Trânsito do Estado (Detran) para investigar denúncias sobre um esquema fraudulento para emissão de carteiras de motorista.

A reportagem foi exibida no Jornal Nacional, dia 8 de fevereiro, e mostrava funcionários da auto-escola cobrando dinheiro para mudar a categoria da carteira de motorista sem que fosse preciso fazer exames práticos.

Na tarde do dia 23 de março, o repórter cinematográfico registrou ocorrência na Delegacia Geral de Polícia. Ele estava acompanhado do advogado criminalista Roberto Lauria. Segundo o advogado, o Detran errou ao marcar o depoimento do jornalista para o mesmo dia, horário e local dos acusados.

Viviane Pinheiro de Azevedo – Belém – 6 de janeiro

A repórter-fotográfica Viviane Pinheiro de Azevedo, do jornal "Diário do Pará", foi agredida pelo advogado identificado como Roberto Santos Araújo, durante cobertura jornalística, na Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), no dia 6 de janeiro.

O Sindicato dos Jornalistas no Estado do Pará (Sinjor-PA) emitiu nota de repúdio à violência sofrida pela repórter-fotográfica. A atitude do advogado, além de repulsiva, é um atentado à liberdade de Imprensa por se caracterizar como censura e uma agressão ao livre exercício do Jornalismo, dizia a nota do Sinjor-PA, ao apelar para a OAB-PA a apuração dos fatos e adoção de medidas contra o agressor.

Paraná

Jornalistas e empresas de comunicação – Curitiba - 30 de outubro

Em entrevista coletiva na tarde de 30 de outubro, o governador reeleito Roberto Requião (PMDB/PR) ofendeu de modo genérico jornalistas e empresas de comunicação. A **FENAJ** se solidarizou com o Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor), que emitiu nota oficial condenando a atitude desrespeitosa do governador Requião em relação aos jornalistas. "O governador tem o direito de reclamar do que considera uma partidarização da cobertura do processo eleitoral, mas não pode ofender de modo genérico profissionais e veículos", ressaltou Murillo.

Pernambuco

Alexandre Auler – Recife – 15 de março

Em 15 de março, Alexandre Auler, fotógrafo do diário Jornal do Commercio, foi agredido por dois vigias do Centro Penitenciário de São João, em Pernambuco, onde estava realizando uma reportagem. Os dois homens seqüestraram o jornalista numa cela, ameaçaram-no e danificaram seu material de trabalho.

O Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjor-PE) e a **FENAJ** protestaram contra mais esta ameaça à liberdade de imprensa e exigiram do Governo do Estado a apuração do caso e punição dos responsáveis pela truculência, sem prejuízo a eventual processo judicial pelos danos morais que Auler sofreu.

Piauí

Wagner Santos – Teresina – 24 de fevereiro

O repórter-fotográfico Wagner Santos, do Jornal Diário do Povo, de Teresina (PI), foi detido no dia 24 de fevereiro, pela polícia que fazia a segurança no Hospital Getúlio Vargas (HGV). O jornalista fazia fotos para uma reportagem sobre a greve dos médicos residentes concentrados em frente ao Hospital, quando um policial o colocou atrás das grades do portão do hospital dizendo que ia chamar uma viatura para levá-lo para a delegacia.

Os médicos começaram a gritar pelo nome do jornalista pedindo que ele fosse solto. A partir daí a confusão foi generalizada. Populares empurravam o portão querendo que Wagner Santos saísse. A Polícia tentava controlar a situação e o jornalista aproveitou um descuido e conseguiu escapar pelo outro lado do portão.

Diante do caso, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí (Sindjor) emitiu nota em repúdio "à covarde agressão sofrida pelo jornalista, que foi cerceado de exercer o legítimo exercício da profissão por policiais militares truculentos que fazem a segurança do Hospital Getúlio Vargas".

No documento, o sindicato pede providências ao Comando Geral da Polícia Militar, à direção Geral do Hospital Getúlio Vargas e ao Governador Wellington Dias.

Walcy Vieira – Teresina – 14 de fevereiro

Em Teresina (PI), o jornalista Walcy Vieira foi agredido na porta do 12º DP, no dia 14 de fevereiro, ao tentar fotografar o assessor parlamentar José Barbosa Neto, que foi à delegacia prestar depoimento por ter ameaçado Hélder Eugênio, proprietário do *site* 180graus.com.

O Sindicato dos Jornalistas do Piauí (Sindjor) emitiu Nota de Repúdio em defesa da profissão, pela liberdade de imprensa no Estado e em solidariedade ao profissional agredido.

José Barbosa Neto é tio da publicitária Mara Carter que era sócia de Hélder Eugênio durante alguns anos na empresa Carter Comunicação. Mara Carter saiu da empresa e começaram as brigas por direitos trabalhistas, entre outros.

"Eu tentei fazer a foto e ele me agrediu, estava acompanhado da Mara, ele disse que perdeu o controle, mas não podia ter feito isso por que eu estava fazendo o meu trabalho", disse Walcy Vieira ao Portal AZ.

Rio de Janeiro

Marizilda Cruppe e outros jornalistas de vários veículos – Rio de Janeiro - Maio

No dia 8 de maio o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro fez um apelo público ao PMDB para que pusesse um ponto final nas agressões a jornalistas que cobriam a greve de fome do ex-governador Anthony Garotinho na sede do PMDB. Após quatro dias da publicação da nota do sindicato, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) também protestou, diante das cenas lamentáveis da agressão de um segurança do PMDB à repórter-fotográfica Marizilda Cruppe, do Globo, que foi hospitalizada.

O sindicato encaminhou à Secretaria de Segurança Pública um pedido de investigação rigorosa do caso.

Santa Catarina

Luis Prates – Florianópolis – 5 de abril

No dia 5 de abril, o repórter-fotográfico Luis Prates foi ameaçado e agredido por policiais militares quando registrava um tumulto na venda de ingressos a uma partida de futebol em Florianópolis para do jornal Notícias do Dia. O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina pediu providências ao governo do Estado e ao comando da Polícia Militar.

São Paulo

José Antonio Aparecido Marciano – São Paulo – 31 de agosto

O cinegrafista José Antonio Aparecido Marciano, de 52 anos, colaborador do Departamento de Jornalismo da TV Bandeirantes, foi agredido no dia 31 de agosto, dentro de um carro da reportagem, na região da Avenida Paulista. Seu agressor arrebentou o vidro do carro e o atacou com uma barra de ferro. As informações são da assessoria da emissora.

Marciano foi socorrido pelo Resgate do Corpo de Bombeiros e levado para o Hospital São Paulo, onde passou por uma cirurgia. Exames acusaram afundamento do crânio e um coágulo. A ocorrência foi registrada no 78º DP. Não há informações sobre o autor, muito menos qual o motivo da agressão.

Karla Konda - São José do Rio Preto – 17 de setembro

Uma profissional do jornal "Bom Dia", em São José do Rio Preto (SP), Karla Konda, foi agredida fisicamente, no dia 17 de setembro, por um assessor de campanha do candidato a deputado estadual Campos Machado (PTB). O Partido dava uma festa para populares em Catanduva, e Karla foi deslocada até lá para apurar o caso, quando foi agredida com um soco no rosto e um chute na perna por Maurício Gouveia.

Oslaim Brito – São Paulo - Agosto

Em agosto, o repórter-fotográfico Oslaim Brito, *freelancer* do Diário de S.Paulo e da Agência O Globo, foi espancado por cinco homens perto da favela da Avenida Paulo Ferreira, no Piqueri, na capital de São Paulo. Brito teve o nariz quebrado, fratura na face esquerda, além de hematomas pelo corpo, que renderam quase um mês de internação hospitalar. Brito não estava a trabalho, simplesmente estava passando pelo local, com o equipamento, quando foi atacado.

Segundo o jornalista, o grupo achou que ele estaria fazendo uma matéria na favela, daí a agressão. "São 15 anos de carreira, cubro polícia, geral, cotidiano e é a primeira vez que sofro uma agressão dessas", afirmou o colega. Brito conta que ficou desacordado por meia hora e foi socorrido pelo mecânico que fazia a manutenção de seu carro. Ele foi submetido a cirurgias no nariz e na face.

4. Ameaças

Espírito Santo

Renato Heitor Santoro Moreira – Grande Vitória - Novembro

O jornalista Renato Heitor Santoro Moreira recebeu ameaças anônimas depois de uma reportagem sobre poluição na Grande Vitória. A informação é do Sindicato dos Jornalistas no Espírito Santo (Sindijornalistas). A matéria, para a Revista da Associação Médica do Espírito Santo (Ames), apresenta dados de uma pesquisa do biólogo e ecologista André Ruschi, em parceria com o Instituto de Física Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Renato disse que ele e sua equipe receberam telefonemas anônimos ameaçadores. "A pessoa que ligou disse que era para não publicar a reportagem. Caso isso fosse feito, iríamos ter problemas". Entre outros dados, a pesquisa aponta que são despejados no ar diariamente, por grandes empresas instaladas na Grande Vitória, 250 toneladas de material poluente tóxico. Apesar de ter ficado assustado com as ameaças, o jornalista decidiu fazer a denúncia ao sindicato e tornar pública a situação.

A Ames, segundo Renato, está tomando providências para tentar descobrir de onde partiram as ameaças e, por enquanto, a publicação da reportagem foi suspensa. A presidente do Sindijornalistas, Suzana Tatagiba, acredita que qualquer ameaça à liberdade de imprensa tem que ser denunciada. "Só assim, colocaremos um fim nesta prática de cerceamento".

Pará

Iolanda Lopes – Altamira – 8 de junho

A jornalista Iolanda Lopes, repórter do jornal O Estado do Tapajós, em Altamira (PA), foi alvo de perseguição, após publicação de série de reportagens sobre a descoberta, pela Polícia Civil do Estado, de uma rede de prostituição infantil no município. As matérias, escritas a partir de informações levantadas junto à Justiça, mostraram a existência de grupo de homens com alto poder aquisitivo que estimulavam a pedofilia, por meio de festas e orgias.

No dia 8 de junho, o senhor Maurício Lorenzoni, tio de um dos acusados, ligou para o telefone celular de Iolanda fazendo ameaças veladas à jornalista, usando expressões do tipo "isso não vai ficar assim". Temendo por sua integridade física e de seus familiares, Iolanda prestou termo de declaração na Procuradoria da República no Município de Altamira.

O Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) enviou ofício ao Secretário Especial de Defesa Social, Manoel Santino, solicitando apuração e providências diante das ameaças

sofridas pela jornalista. O Sinjor-PA também denunciou o caso em nota aberta à população. "As ameaças sofridas por Iolanda, além de repulsivas, são um atentado ao exercício da profissão de Jornalismo e ao direito à informação. O Sinjor-PA pede às autoridades a apuração rigorosa e urgente para que os responsáveis sejam punidos", dizia a nota.

Rio de Janeiro

Maria Mazzei – Rio de Janeiro - Agosto

A repórter Maria Mazzei, do jornal O Dia, recebeu, em agosto, diversas ameaças feitas por integrantes da "máfia dos corpos". A jornalista denunciou o tráfico de corpos cometido para fraudar companhias de seguros de vida, delito que estariam cometendo empregados do Instituto Médico Legal.

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro prestou solidariedade à profissional e exigiu do governo a intensificação das investigações para prender e punir os criminosos, que, mais do que intimidar uma trabalhadora, atentam contra a liberdade de imprensa e agredem a democracia.

Vilmar Berna – Niterói – Maio, Junho e Julho

Diretor do Jornal do Meio Ambiente e fundador da Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA), Vilmar Berna, foi vítima de ameaças de morte e de repetidas intimidações desde maio de 2006. Defensor do meio ambiente, o jornalista deu queixa à Polícia em 7 de junho de 2006, mas esta só foi transmitida à justiça local em 5 de julho.

Vilmar Berna tinha sistematicamente denunciado em seus artigos a poluição das águas, a pesca clandestina e as ameaças que planam sobre a fauna marinha legalmente protegida na Baía de Guanabara. O jornalista revelou principalmente a utilização, pelos pescadores, de redes de malha fina que estão proibidas.

No início de maio, um cadáver ensangüentado, parcialmente cremado, foi colocado em frente à casa de Vilmar Berna. Desde então, o jornalista foi vítima de constantes ameaças. Uma voz não identificada de mulher avisou-o diversas vezes, por telefone, de que seria morto. Em seguida, um amigo disse que ele seria morto a pancadas e seu corpo jogado ao mar. Na madrugada de 27 de maio, seis homens invadiram sua casa para ameaçá-lo.

O Repórteres Sem Fronteiras (RSF), emitiu no dia 7 de julho, um comunicado em português denunciando o que chamou de "passividade das autoridades" diante das ameaças ao jornalista Vilmar Berna e para tratarem da queixa feita à polícia. "Foi necessária reação da imprensa nacional para que a justiça levasse a sério o caso de Vilmar Berna. O especialista do meio ambiente já tinha recebido ameaças anteriormente e teve até que sair por duas vezes da própria cidade, Niterói. Como explicar o fato de que as autoridades policiais e judiciárias tenham levado tanto tempo para reagir, já que estavam forçosamente a par da situação? Pedimos que, além de inquérito judicial, seja

aberto inquérito administrativo para determinar as razões dessas falhas no processo”, declarou Repórteres sem Fronteiras.

Rondônia

Alexandre Araújo – Ouro Preto do Oeste - Julho

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia (Sinjor) repudiou em nota a atuação criminosa do prefeito de Ouro Preto do Oeste, ao ameaçar, publicamente, o jornalista Alexandre Araújo, correspondente do jornal O Estadão do Norte, conforme consta na Ocorrência Policial nº 1553/2006.

De acordo com o documento, o prefeito ameaçara “encher a cara” do jornalista “de bala” se este não retirasse do ar, no *site* www.portalouropreto.net, uma matéria que tratava de um suposto processo de cassação do alcaide.

No momento em que prestava a queixa na delegacia, o jornalista ainda recebera um telefonema do prefeito que, desta vez, prometera humilhá-lo, exigindo que ele (o jornalista) andasse de saias dentro da delegacia - sob a mira de uma arma de fogo.

O sindicato registrou sua revolta com o ato de terrorismo cometido contra o jornalista, que se torna mais uma vítima do abuso de autoridade de um político rondoniense e que tenta impedir o exercício da profissão.

São Paulo

Roberto Pazzianotto – Capivari - 19 de novembro

O repórter Roberto Pazzianotto, do Jornal Dois Pontos, foi ameaçado de morte por um capitão da Polícia Militar, Luís Carlos Ferreira, em local público, em Capivari (SP). A ameaça aconteceu na noite do dia 19 de novembro, por volta das 23h. O capitão estava em companhia dos ex-policiais Salvador da Santíssima Trindade e outro identificado apenas como Catarino.

O repórter estava assistindo ao jogo Vasco e Palmeiras, quando os três entraram e começaram a beber no balcão. Ao ver Pazzianotto, o ex-policial Salvador alertou que era ele o autor da matéria sobre a confusão provocada pelo capitão na sede campestre do Capivari Clube.

Na ocasião, o capitão tentou acabar com uma festa no clube, discutiu com seguranças e freqüentadores e precisou ser contido pela polícia. O Dois Pontos publicou matéria e procurou a PM para ouvir a versão do capitão. A corporação não se pronunciou e apenas transferiu o policial.

Após saber que Pazzianotto era repórter do Dois Pontos, Ferreira se aproximou e começou a ofendê-lo. Pazzianotto não respondeu às provocações e isso irritou o capitão, que o ameaçou de morte. Ele disse que em toda a sua carreira havia matado

39 e que Pazzianotto seria a sua vítima de número 40. Uma testemunha e outros que estavam no bar garantiram que o capitão estava armado, pois estava sempre com a mão na cintura e com um volume sob a camisa.

Não é a primeira vez que um profissional do Dois Pontos sofre ameaças. O editor Marcelo Andriotti também foi ameaçado de morte e agredido em anos anteriores.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, além de repudiar o ato de violência, divulgou matéria publicada sobre o episódio no Jornal Dois Pontos e pediu providências ao comando da Polícia Militar e à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Wagner Vilaron – São Paulo – 19 de julho

No dia 19 de julho o jornalista Wagner Vilaron, repórter de esportes no Diário de São Paulo, foi ameaçado por telefone e por e-mail, por publicar denúncias envolvendo a diretoria do Corinthians Paulista. Além de registrar queixa na polícia, ele encaminhou um relato ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, que repudiou a prática violenta e está acompanhando o caso.

5. Prisão e tortura

Goiás

Willekens Van Dorth - Uruaçu - Fevereiro

O jornalista Willekens Van Dorth passou o carnaval em Uruaçu (GO), quando foi vítima de prisão ilegal, tortura, agressões físicas e morais. A direção da **FENAJ** solicitou providências às autoridades. Ele registrou um Termo Circunstanciado de Ocorrência contra dois policiais militares conhecidos como Sargento Fitipaldi e Soldado Pereira.

Juntamente com o Sindicato dos Jornalistas de Goiás, a **FENAJ** solicitou audiência com o secretário de Segurança Pública de Goiás, Jonathas Silva, para discutir os procedimentos de investigação do caso e punição dos responsáveis. Também encaminharam o caso ao procurador-geral de Justiça de Goiás, Saulo de Castro Bezerra.

Mato Grosso

Ricardo Martins (repórter), Marcos Xavier (repórter cinematográfico) e Rubens de Jesus (auxiliar) – Várzea Grande – 2 de outubro

Uma equipe de reportagem do SBT - composta pelo jornalista Ricardo Martins, o cinegrafista Marcos Xavier e o auxiliar Rubens de Jesus - foi presa na madrugada do dia 2 de outubro no aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande (MT), acusada de invasão de área privada.

A equipe foi abordada ao filmar as sete pessoas que estavam a bordo do avião Legacy que se chocou com o Boeing da Gol, aeronave que caiu na região de Peixoto de Azevedo, ao norte de Mato Grosso. A fita com as imagens foi apreendida por policiais federais, que os conduziram em viatura até o delegado Piovesano, que abriu inquérito.

O jornalista alega que estavam apenas cumprindo seu papel de fazer cobertura de um fato de interesse nacional. "Uma fonte me avisou que eles estariam aqui de madrugada e nós viemos fazer a matéria", falou. O jornalista diz que o delegado insistiu para que fosse revelada a fonte que forneceu a informação do horário em que os passageiros estariam no aeroporto sob ameaça de prisão, mas ele alegou que só falaria na presença do seu advogado.

Ainda segundo o jornalista, o delegado não sabia como enquadrar a equipe. Após um contraditório interrogatório de duas horas e meia, em detenção das 5h às 7h30, a equipe foi liberada.

Mato Grosso do Sul

João Carlos Castro – Campo Grande – 23 de outubro

Um grupo de dez militares perseguiram, agrediram e prenderam o repórter-fotográfico João Carlos Castro no dia 23 de outubro. Em companhia do também repórter fotográfico Adriano Hany, Castro tentava fotografar por cima do muro do Quartel da Polícia do Exército de Campo Grande (MS), onde um tiro de fuzil teria causado a morte de um soldado.

Ao serem avistados, o grupo de policiais passou a persegui-los. Hany jogou a máquina fotográfica no carro de reportagem, pediu para o motorista "correr" e fugiu. Castro não teve a mesma sorte. Foi alcançado, agredido e preso no quartel da Polícia do Exército.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (SindJor-MS) emitiu uma Nota de Repúdio à postura da Polícia do Exército. No documento o sindicato expressa "a plena consciência do respeito que o Exército brasileiro merece enquanto instituição responsável pela salvaguarda das nossas fronteiras e pela defesa dos valores da pátria, o Sindjor-MS lamenta profundamente o ocorrido e exige uma apuração imediata dos fatos, a identificação dos agressores e a punição exemplar aos culpados".

Marta Alves – Dourados – 4 de abril

Marta Alves, 48 anos, foi presa no dia 4 de abril, durante manifestação de repúdio de estudantes, amigos e familiares dos policiais vítimas de assassinato ocorridas no sábado, 1º de abril. Ela se apresentou como correspondente da Agência Estado.

Conforme informações, Marta estaria filmando e fotografando a manifestação quando foi agredida por membros do protesto que a identificaram como sendo integrante de uma ONG de defesa aos índios.

Ela teria se identificado como jornalista quando os policiais, para conter o tumulto,

detiveram a acusada. Ela foi encaminhada à delegacia no 1º Distrito Policial de Dourados.

Segundo Marta, o policial civil Marcelo Barros pegou a máquina e jogou no chão. Em seguida tentou agredi-la com um tapa, provocando um tumulto.

Marta disse ainda que foi arrastada para o camburão da polícia, impedida de usar o telefone e teve o braço direito preso ao banco do corredor da delegacia durante três horas.

Paraná

Cahuê Miranda e Valquir Aureliano – Curitiba – 28 de outubro

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor) também repudiou a agressão aos jornalistas Cahuê Miranda e Valquir Aureliano, do jornal Tribuna do Paraná, que trabalhavam na cobertura do jogo Paraná e Atlético, no dia 28 de outubro.

Cahuê foi preso arbitrariamente pelo policial militar Robson Luiz dos Anjos. O Sindijor enviou ofício à Secretaria Estadual de Segurança Pública pedindo esclarecimentos e punição para quem quer que tenha extrapolado no exercício de suas funções.

Santa Catarina

Cláudio Silva – Florianópolis – 16 de fevereiro

O repórter-fotográfico Cláudio Silva foi detido ao reagir à ação de um policial que arrancou o equipamento fotográfico de suas mãos quando registrava imagens da repressão policial a manifestantes da "Frente Única Tarifa Única Sim! Aumento Não!", que distribuíam panfletos sobre a tarifa única que foi implantada pela prefeitura. A violência contra Cláudio Silva ocorreu dia 16 de fevereiro, no centro da capital catarinense. Capangas não identificados investiam contra os manifestantes rasgando faixas e destruindo seu equipamento de som. Após reação dos integrantes do movimento, a Polícia Militar entrou em cena, não para conter os agressores, mas sim para criminalizar e reprimir os manifestantes.

Cláudio Silva trabalhava para o Jornal Diário Catarinense – do grupo RBS – e registrou todo o episódio. Mas, além de ter sido detido, Silva foi demitido no dia seguinte pela direção do jornal, que omitiu o fato de que um segundo repórter fotográfico também sofreu agressões.

O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina lançou nota em defesa da liberdade de manifestação e do exercício da profissão, exigiu providências do governo do estado e tentou reverter a demissão do colega.

Nilson Lage – Florianópolis - Fevereiro

O professor universitário, jornalista e escritor Nilson Lage foi preso e espancado por policiais militares, em Florianópolis (SC), em fevereiro de 2006. Ele sentiu-se mal quando dirigia no bairro onde vive, na capital catarinense. Conseguiu parar o carro, mas ficou desacordado. Em vez de receber ajuda, foi hostilizado pela Polícia Militar ao ser encontrado dormindo dentro do veículo. Foi algemado, jogado em um camburão e levado a uma delegacia. As marcas em seu corpo - principalmente nos punhos e nos ombros - comprovam a violência contra um senhor que completou 70 anos de idade em 2006.

Lage trabalhou nas principais redações do Rio de Janeiro e, também, fez uma carreira acadêmica como professor da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e outras instituições de ensino. Desde 1992, trabalha como professor titular do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Várias entidades sindicais, dentre as quais a **FENAJ**, e acadêmicas emitiram nota repudiando a bárbara violência cometida contra o jornalista e professor.

São Paulo

Marcelo Assunção e outros jornalistas e radialistas – São Paulo – 18 de dezembro

O repórter-cinematográfico Marcelo Assunção e seu auxiliar, Fábio, ambos da TV Record, foram agredidos e presos por guardas civis metropolitanos no dia 18 de dezembro, durante manifestação de estudantes na porta da Prefeitura de São Paulo. Assunção e Fábio, que estavam realizando seu trabalho, foram levados para o 3º Distrito Policial, na Santa Ifigênia, em São Paulo. Outros jornalistas que estavam no local também foram rechaçados pelos guardas.

Para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, "se as autoridades - que devem ser os guardiões dos direitos sociais - tornam-se agentes da violência e não são punidas por estes atos, a essência do Estado de Direito se vê ameaçada. Tolerar esta situação é inaceitável, é permitir que a liberdade e a democracia, duramente conquistada pelo povo brasileiro, seja achincalhada".

6. Censura e assédio judicial

Alagoas

Imprensa alagoana – Todo Estado – Setembro e Outubro

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas proibiu, no período de 28 de setembro a 1º de outubro, a publicação de qualquer matéria, reportagem ou entrevista sobre a morte do tributarista Sílvio Vianna, assassinado a tiros em 1996, no distrito de Ipioca, Litoral Norte de Maceió.

A censura prévia atendeu a pedido do ex-deputado federal e candidato derrotado ao governo, João Lyra (PTB-AL), que é um dos acusados de participação no crime.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas, Carlos Roberto Pereira Leite, protestou contra a decisão do TRE-AL, que agrediu a liberdade de imprensa.

O deputado foi denunciado, em junho de 2006, no Supremo Tribunal Federal (STF), como o mandante da morte de Vianna, que quando foi assassinado era coordenador de arrecadação tributária da Fazenda de Alagoas.

A ação cautelar do TRE, atendendo ao pedido feito pela coligação do ex-deputado João Lyra, foi assinada pelo juiz federal André Luis Maia Tobias Granja. O termo de notificação foi entregue por oficiais de justiça aos principais jornais, emissoras de TV e rádios de Alagoas.

Amapá

Alcinéa Cavalcante e jornalistas do Estado – Macapá – Diversos períodos

A **FENAJ**, em ofício encaminhado ao Ministro Marco Aurélio Melo, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, denunciou a falta de liberdade da imprensa na cobertura do processo eleitoral no Amapá.

“A imprensa nacional tem denunciado um agravamento das relações entre candidaturas e jornalistas naquele Estado, provocando um clima de tensão e medo entre os profissionais que trabalham em jornais, rádios e TVs. A jornalista que recorreu à **FENAJ** em busca de auxílio, denunciou parcialidade nas decisões do Tribunal Regional Eleitoral”, atestou o documento.

A jornalista em questão é Alcinéa Cavalcante que relatou a perseguição que sofreu do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e do senador José Sarney, candidato à reeleição.

Ela disse que durante os mais de 30 anos de profissão, “cobrindo inúmeras eleições, pela primeira vez estou sendo processada”. “Estou tendo arrancado de mim o direito à liberdade de expressão, o direito de manifestar meus pensamentos e minhas opiniões. Já são mais de 20 ações que o senador José Sarney move contra mim e meu blog (<http://alcineacavalcante.blogspot.com>), que resultam em multas que já chegam a R\$ 500 mil reais”, desabafou a jornalista.

Uma dessas ações foi impetrada no final de agosto, quando Sarney entrou na Justiça contra o blog de Alcinéa pedindo direito de resposta, aplicação de multa e a retirada do ar de alguns posts. A relatoria coube ao desembargador Luiz Carlos Gomes dos Santos, juiz auxiliar. Ele julga improcedentes as ações por considerar que blogs são pessoais “de sorte que o conteúdo ali veiculado encontra-se no campo da privacidade”.

No entanto, uma semana depois, o desembargador Luiz Carlos Gomes dos Santos

retomou as ações movidas contra o blog e mudou seu posicionamento. Num novo relatório, salienta que seu entendimento anterior era que de que "os sítios particulares" não eram atingidos pela Lei Eleitoral, mas que passou a entender que "ofensa à imagem ou honra de candidato" deve ser coibida em qualquer página e julgou procedentes as ações de Sarney contra o blog. Assim, Alcinéa foi condenada a retirar as informações contra Sarney de seu blog, publicar direito de resposta e ainda foram aplicadas multas que variam de R\$ 21,2 mil e R\$ 106,4 mil.

Em todos os direitos de respostas que o TRE concedeu a Sarney, relata Alcinéa, o senador-candidato não desmente nada do que foi dito. "Usa o espaço que lhe é concedido para destacar suas qualidades. Sobre a suposta ofensa que lhe foi feita e que ensejou o direito de resposta, nenhuma linha".

O representante do Ministério Público Eleitoral no TRE, procurador federal Paulo Olegário, se manifestou pelo indeferimento desse tipo de direito de resposta ao senador "por entender que esse, ao revés, promove exclusivamente propaganda favorável ao candidato em tese ofendido". Foi voto vencido.

Contra o jornal Folha do Amapá mais de 40 ações já foram movidas e as multas já ultrapassam um milhão de reais. Os jornalistas Humberto Moreira (ex-vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amapá) e Domiciano Gomes, apresentadores de um programa radiofônico já foram processados cinco vezes e tiveram o programa retirado do ar. O jornalista Correa Neto, 65 anos, é outra vítima da Justiça Eleitoral. Além de ser condenado a pagamento de multas astronômicas e publicação de direito de resposta, o programa que ele apresenta em uma rádio comunitária foi tirado várias vezes do ar.

Folha do Amapá – Macapá – Maio e Julho

A edição *on line* do jornal "Folha do Amapá" foi suspensa por determinação do juiz auxiliar Anselmo Gonçalves da Silva, que concedeu liminar ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 17 de maio. O magistrado acatou a tese do partido de que o jornal vem fazendo propaganda antecipada extemporânea negativa, o que estaria manchando a imagem do governador Waldez Góes, então candidato à reeleição.

Na reportagem alvo da ação, o periódico noticia a saída da siderúrgica Sólida do estado, deixando 300 desempregados, muitas dívidas e o fato de a empresa ter sido instalada com aval do governo estadual. O juiz entendeu que a reportagem tinha a intenção de denegrir a imagem de Waldez. Para a direção do jornal, o que houve foi censura. Por isso, no dia 19 o jornal Folha do Amapá lançou uma edição de protesto.

Em outra decisão, a Justiça Eleitoral atendeu pedido da coligação "União pelo Amapá" (PDT, PMDB, PP, PV, PSC e Prona), que tem Waldez Góes e José Sarney como candidatos ao governo e ao Senado, respectivamente, e mandou retirar do *site* da "Folha do Amapá" a manchete do jornal "Asfalto de Mentira" e a matéria "Declaração de bens na Justiça Eleitoral do Amapá revela - Sarney é sócio do Shopping Jaracati", veiculada nas notícias diárias da "Folha" dia 20 de julho.

A coligação alegou que a Folha fez propaganda negativa contra o governador e o senador, candidatos à reeleição. A assessoria jurídica da "Folha do Amapá" entrou com defesa, mas a Justiça sequer fez menção e concedeu liminar à União pelo Amapá. A decisão foi assinada pelo desembargador Luiz Carlos dos Santos.

A manchete "Asfalto de Mentira" tratava da parceria do governo e da prefeitura e do transtorno que as anunciadas obras de asfaltamento causavam à população, por conta da morosidade das obras e a paralisação da maioria delas, iniciadas e não concluídas.

Todos os personagens da reportagem têm nome, profissão e o lugar onde moram citados, inclusive com suas fotos na edição. Suas declarações foram colocadas na íntegra e todos falavam em transtorno, prejuízo e mentira.

A outra reportagem contestada pela coligação de Sarney trata de uma matéria veiculada no Jornal Pequeno, que circula em São Luís do Maranhão, no dia 20 de julho. A Folha publicou a matéria em seu *site* no mesmo dia, dando, como manda a legislação de imprensa, crédito ao texto.

Amazonas

A Crítica – Manaus - Junho

O governador Eduardo Braga e o PMDB - na pessoa de seu presidente, senador Gilberto Mestrinho - ingressaram com uma representação, com pedido de liminar, no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), para impedir que o jornal "A Crítica" continue a publicar matérias referentes às denúncias de superfaturamento em obras do governo do Estado.

Segundo matéria publicada pelo jornal, no dia 29 de junho, o suposto esquema fraudulento favorecia cinco grupos empresariais, que juntos teriam faturado mais de R\$ 600 milhões em 18 obras de recuperação de estradas em 14 municípios do interior do Estado, entre os anos de 2003 e 2006.

Na representação, o governador e o seu partido pedem a proibição da repetição da matéria ou publicação de outras semelhantes, que contenham fatos ou mesmo parte dos fatos publicados originalmente pelo jornal. O pedido de liminar ainda determina o recolhimento de todo e qualquer exemplar do jornal que venha a ser distribuído ou que tenha sido distribuído/vendido, cujo conteúdo faça referência a essas denúncias.

Na justificativa, Braga e o PMDB argumentam que o jornal estaria fazendo propaganda eleitoral negativa contra sua candidatura à reeleição ao governo do Estado, ao mesmo tempo em que estaria beneficiando, por meio de propaganda positiva, seu adversário político, o ex-governador Amazonino Mendes (PFL), também candidato ao governo.

O diretor de redação de "A Crítica", jornalista Wilson Nogueira, afirma que as acusações de que o jornal estaria trabalhando pela campanha de Amazonino Mendes são

inverdades. “Estão fazendo um jogo de retórica, atrelando o jornal a um determinado candidato, na intenção de confundir a opinião pública e tirar a legitimidade das matérias publicas”, disse.

O Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, a Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-AM) e a Arquidiocese de Manaus, em documento, condenaram a censura e a liberdade de expressão impostos ao jornal.

Distrito Federal

Imprensa de Brasília – Brasília - Setembro

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) proibiu a divulgação de gravação de conversa telefônica entre o ex-governador Joaquim Roriz e o candidato a deputado federal Eri Varela, que comprometia o então candidato a governador José Roberto Arruda.

O juiz auxiliar Roberval Casemiro Belinati, do TRE-DF, proibiu liminarmente a divulgação da gravação alegando que ela traria prejuízos político-eleitorais para os políticos, que são candidatos.

Goiás

Jornal do Estado de Goiás – Anápolis - Setembro

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás promoveu mais uma clara manifestação de censura à liberdade de imprensa. A juíza Elisabeth Maria da Silva determinou a apreensão de exemplares do Jornal do Estado de Goiás, de Anápolis, a pedido do ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

O jornal publicou, no dia 2 de setembro, matéria apontando o envolvimento do gabinete militar do ex-governador em um atentado sofrido pelo senador Demóstenes Torres (PFL) em 2004. Em nota divulgada no dia 5 de setembro, a **FENAJ** condenou a atitude da justiça eleitoral.

Maranhão

Marcos D’Éça e Décio Sá – São Luiz - Outubro

A Associação Maranhense de Imprensa (AMI) lançou, no dia 18 de outubro, nota oficial contra atos de censura prévia que proibam a livre circulação de informações nos meios impressos e eletrônicos sob o argumento de que tais conteúdos possam causar prejuízos futuros.

A AMI se solidarizou com os jornalistas Marcos D’Éça e Décio Sá que tiveram seus blogs

censurados no portal Mirante. A **FENAJ** apóia a manifestação da AMI, posicionando-se contra a censura e o cerceamento à liberdade de imprensa.

Minas Gerais

Jornal Hoje – Belo Horizonte – 30 de agosto

Em Minas, o Sindicato dos Jornalistas do Estado denunciou que o jornal Hoje foi vítima, no dia 30 de agosto, da ação de agentes da Polícia Federal, que entraram na redação e recolheram computadores e equipamentos. A ação policial também ocorreu na gráfica Verdade, em Ribeirão Preto (SP), onde o jornal é impresso.

A jornalista Joseti Alves, diretora do veículo, disse que promotores do Ministério Público a acusam de crime eleitoral por veicular informações sobre irregularidades na utilização de recursos públicos, envolvendo o deputado federal Carlos Melles, ex-ministro do Turismo, e promotores locais.

Para o presidente da **FENAJ**, Sérgio Murillo de Andrade, ambos os casos são claras manifestações de censura. "É necessário criar normas de conduta por parte da justiça que evitem este tipo de conflito, assegurando à sociedade o direito ao livre acesso à informação", disse.

Revista do Observatório Social – Ouro Preto – 19 de agosto

A Justiça Comum da Comarca de Ouro Preto (MG) determinou a apreensão da edição 09 da "Revista do Observatório Social" - que é ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A revista, apreendida no dia 19 de agosto, traz a matéria "A Idade da Pedra", que denuncia a exploração de mão-de-obra infantil na cadeia produtiva do minério de talco utilizado por três multinacionais (BASF, ICI Paints e Faber Castell).

Com texto do jornalista Marques Casara e fotos de Sérgio Vignes, a matéria sustenta que "nas minas de talco da cidade histórica de Ouro Preto, cinco anos é a idade em que as crianças começam a carregar pedras e respirar a poeira letal", prática criminosa que fere o Estatuto da Criança e normas internacionais ratificadas pelo Brasil. Mostra, também, uma série de outras irregularidades cometidas por mineradoras clandestinas a serviço de empresas multinacionais.

Devido a repercussão do caso, o Ministério do Desenvolvimento Social aumentou, em Ouro Preto, de 60 para 280 o número de bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A prefeitura da cidade se comprometeu a implantar um programa de desenvolvimento social e econômico nas áreas afetadas pelo trabalho infantil.

A determinação da juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, de apreensão da revista e a retirada das fotografias do site do "Observatório Social", acatou ação civil pública do Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra o jornalista.

No âmbito federal, a procuradora do Ministério Público do Trabalho, Adriana Augusta de Moura Souza, instaurou um procedimento investigatório para apurar a responsabilidade das empresas.

O Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo e a **FENAJ** manifestaram apoio aos jornalistas e à publicação. Para o presidente da Federação, Sérgio Murillo, "além do absurdo de determinar a apreensão da revista, a decisão da juíza mineira faz um questionamento inaceitável sobre a seriedade da publicação do Observatório Social e a integridade ética de dois respeitados e conceituados jornalistas".

A matéria "A Idade da Pedra" foi agraciada com a Menção Honrosa do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos – categoria revista, durante cerimônia realizada no dia 25 de outubro no Parlamento Latinoamericano, em São Paulo.

Pará

Lucio Flávio Pinto – Belém – 14 de setembro

O jornalista Lúcio Flávio Pinto foi condenado, em decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, proferida em 14 de setembro, a pagamento de indenização no valor de R\$ 8 mil, mais acréscimos, ao empresário Cecílio do Rego Almeida, que processou o profissional por dano moral devido à matéria publicada em seu "Jornal Pessoal", em 2000. O artigo comentava reportagem de capa da revista "Veja" que apontara o dono da Construtora C. R. Almeida como "o maior grileiro do mundo".

O Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) publicou nota de repúdio contra a decisão. Assim como a desembargadora revisora do processo, Sônia Parente, o Sinjor-PA defende que o jornalista estava exercendo seus direitos à liberdade de expressão e de imprensa, garantidos pela Constituição Federal. O sindicato lamentou, contudo, que a revisora tenha sido voto vencido no julgamento onde as desembargadoras Luzia Nadja Nascimento e Maria Rita Xavier, relatora do recurso, "atropelaram direitos basilares da democracia, condenando quem denuncia práticas vergonhosamente comuns no Pará: a apropriação ilícita de terras e o trabalho escravo".

A decisão das desembargadoras ratifica a sentença condenatória do juiz Amílcar Guimarães, que, em 2005, exercendo interinamente a 4ª Vara Cível do fórum de Belém, acolheu a ação de indenização movida pelo empresário contra Lúcio Flávio. "É ainda mais intolerável e inadmissível que o julgamento no Pará não tenha seguido a mesma linha decisória da Justiça de São Paulo, onde outros alvos de Cecílio do Rego Almeida - a revista "Veja", um repórter, um procurador público do Estado do Pará e um vereador de Altamira – foram absolvidos das mesmas acusações feitas contra Lúcio Flávio.

Pernambuco

Alcione Ferreira, Annaclarice Almeida e Beto Figueiroa – Recife – 25 de janeiro

Já em Pernambuco, o Sindicato dos Jornalistas do Estado (Sinjor-PE) e a **FENAJ** denunciaram, no dia 25 de janeiro, a conduta do delegado Roberto Geraldo Pereira, da Delegacia Especializada em Homicídios. Ele impediu que os repórteres-fotográficos Alcione Ferreira, Annaclarice Almeida e Beto Figueiroa cumprissem suas funções. Das equipes de reportagem do Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio, os três profissionais foram à delegacia por convite do próprio delegado, para “apresentação” de acusados pela morte de um policial que tentou impedir um assalto.

Quando fotografaram um dos acusados caído no chão e desacordado, o delegado expulsou os profissionais aos gritos e berros. No entendimento do policial, os repórteres fotográficos queriam fazer “sensacionalismo” para “acusar a Polícia Civil de tortura”. Ao denunciar o claro ato de censura, as entidades cobraram da Secretaria de Defesa Social (SDS) e do Governo Estadual a apuração dos fatos.

Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco – Recife - Abril

Em abril, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco fez chegar aos jornais uma nota repudiando e lamentando a escolha do novo secretário de Defesa Social, Rodney Miranda. O intuito era alertar para o perfil do delegado federal que foi exonerado do governo do Espírito Santo sob suspeita de ter executado a escuta telefônica ilegal no Jornal Gazeta, violando preceitos constitucionais de inviolabilidade na comunicação.

O Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e a Folha de Pernambuco, no entanto, não publicaram a nota. Inexplicavelmente, os três periódicos, que têm como uma das cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho a garantia de veiculação de notas de interesse da categoria, ignoraram o texto, boicotando sua publicação.

O Sindicato dos Jornalistas repudiou duas questões: a primeira é a presença de um delegado sob suspeita de praticar grampo ilegal integrando os quadros do Governo do Estado; a segunda, é a recusa da direção dos jornais em não publicar uma nota oficial emitida em defesa da legalidade.

Piauí

180graus.com – Terezina – 8 de junho

Atendendo solicitação do Coordenador de Comunicação Social do Estado do Piauí, Sílvio Leite, o juiz da 3ª Vara Cível, José Alves de Paula, de Teresina, proibiu de citar o nome do autor da causa no www.180graus.com, maior Portal do Estado, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. A liminar foi concedida no dia 8 de junho.

O Ministério Público Estadual investiga, a pedido do promotor Ruszel Lima Verde, na empresa de Sílvio Leite, o Pag Contas, que arrecada R\$ 47 milhões em tributos do Governo do Estado. O desenrolar das investigações estava sendo divulgado pelo portal.

O assessor jurídico do 180graus.com, advogado Wilson Gondim, informou que vai entrar com agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Estado, isto é, recurso cabível para tornar sem efeito a liminar. "O 180graus.com não pode ficar impedido de citar o nome do coordenador. Ele é uma pessoa pública. Decisões como essa ferem os princípios da livre manifestação de pensamento e liberdade de imprensa", afirmou Wilson.

Para o jornalista Helder Eugênio, diretor do 180graus.com, a liminar é uma ação "truculenta e inócua", pois na Internet fica impossível se controlar a divulgação de fatos, por mais que se queira censurar um veículo de comunicação. Isto é uma retaliação do empresário/secretário para tentar calar o 180graus. Todos no Piauí sabem a forma como Sílvio Leite se relaciona com os jornalistas e donos de empresas", frisou Eugênio. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí (Sindjor) e a **FENAJ** repudiaram em nota a decisão do juiz.

Rio de Janeiro

Dia a Dia – Rio de Janeiro – 7 de junho

Todos os sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil (Fentac-CUT) condenaram, em carta endereçada à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e à **FENAJ**, a postura da empresa TGV, que ganhou no dia 8 de junho o leilão para adquirir a Varig com a razão social de NV participações. O repúdio das entidades sindicais também atinge a Justiça carioca.

No dia 7 de junho, a 23ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, sob intermédio do grupo empresarial NV/TGV, removeu, através de liminar, todas as publicações - os tablóides "Dia a Dia" - de uma entidade cutista, defensora dos direitos dos trabalhadores da aviação: o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA).

Diz a carta: "O curioso é que, na hora de difamar, ameaçar e ofender, esse grupo - que ao intencionar adquirir a Varig utiliza como disfarce o codinome NV - está livre, e firme, no propósito de calar a voz de quem realmente luta pelos direitos dos funcionários da Varig e das demais companhias aéreas do Brasil".

São Paulo

Revista do Brasil – São Paulo – 26 de julho

A coligação "Por um Brasil Decente" (PSDB-PFL) entrou com representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a regional de São Paulo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) por conta da veiculação da primeira edição da Revista do Brasil.

No dia 26 de julho, o ministro Carlos Alberto Menezes julgou procedente a representação, proibindo a distribuição da revista por qualquer meio, sob pena de multa prevista no § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.504/97.

A publicação é produzida por 23 dos maiores sindicatos do país e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ela foi lançada em maio para chegar aos cerca de 360 mil associados desses sindicatos como "informação apresentada sob a ótica dos trabalhadores".

O primeiro número trazia na capa o presidente Lula e uma matéria analisando os motivos que o levam a permanecer com a popularidade em alta, apesar da crise política do ano passado.

A ação do PSDB e do PFL alegava que a divulgação da revista é prática de conduta ilícita, porque algumas das matérias visavam "ressaltar a suposta força eleitoral do atual presidente da República, ao informar que seu governo não desmantelou programas sociais e não privatizou direitos sociais e culturais" segundo texto divulgado no sítio do TSE.

Além disso, alegava-se uma suposta "panfletagem eleitoral" em favor de Lula e "propaganda negativa" em relação ao candidato Geraldo Alckmin. Eram citadas nominalmente as matérias de capa "O segredo de Lula" - "Diga-me para quem governas" e "Pavor de investigação", sobre as CPIs barradas na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Sergipe

José Cristian Góes – Aracaju – 3 de maio

Em 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, José Cristian Góes, presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de Sergipe (Sindijor-SE), é notificado por um oficial de Justiça de um processo de interpelação da 4ª Vara Criminal do Estado, movido pelo Sindicato das Empresas de Rádio, TV, jornais, revistas (Sinertej) e sites de Sergipe. A ação judicial foi motivada justamente por ele escrever um artigo sobre a liberdade de imprensa, publicado no Jornal do Dia e no portal da Infonet, no dia 25 de outubro de 2005.

7. Atentados

Mato Grosso

Davi de Paula – Várzea Grande – 23 de abril

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Mato Grosso, com endosso da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado, denunciou em nota de repúdio “o ato covarde e insano” cometido contra o jornalista e radialista Davi de Paula, da Rádio Gazeta, que foi vítima de um atropelamento em Várzea Grande, no dia 23 de abril. O suposto acidente teria sido em represália ao fato de que Davi de Paula havia denunciado junto à Corregedoria do Comando da Polícia Militar um esquema de roubo de carros em Mato Grosso.

Apesar de ter sido “vendido para a opinião pública como um simples atropelamento”, a direção do sindicato e a OAB-MT consideram que a circunstância narrada não convence. “Ato deste tipo desonra a democracia, por ser contra alguém que sempre lutou e defendeu a comunidade, o interesse público” – acentuou a nota conjunta.

O Sindjor e a OAB-MT entendem este ato como um atentado à liberdade de expressão e exigem, não um excesso de zelo da instituição, mas justiça contra os que cometeram crime da época em que Mato Grosso era conhecido pela Lei do 44.

João Gomes – Rondonópolis - Outubro

Em Rondonópolis (MT), o jornalista João Gomes foi vítima de um atentado quando um homem não identificado disparou cinco vezes contra seu automóvel que se encontrava estacionado em frente à sua casa, no bairro de São José.

O profissional se encontrava no interior da casa e não sofreu nenhum dano. No momento do ataque, o autor dos disparos estava com o rosto encoberto. João Gomes é diretor de dois programas, um na televisão, Cidade Agora, e outro no rádio, Ronda na Cidade. Em ambos, denunciou o assassinato do policial militar Arnaldo Lima.

Wagner Zanan – Sorriso – 19 de dezembro

O jornalista Wagner Zanan, apresentador do programa jornalístico Olho Vivo, veiculado pela TV Cidade SBT de Mato Grosso, canal 6 de Sorriso (MT), foi vítima de um atentado na madrugada do dia 19 de dezembro. Zanan estava dormindo, quando acordou assustado com um forte estalo e barulho de madeira rachando. Ele achou que se tratava de algum problema estrutural da casa em que mora. Qual não foi a surpresa ao encontrar um projétil de revólver calibre 38 em cima de sua cama, em meio aos lençóis.

A bala estava praticamente intacta, e para chegar à cama onde Zanan dormia, o projétil atravessou duas paredes de madeira, bateu na base de um ventilador e ricocheteou parando sobre a cama. Um outro tiro foi disparado, mas acabou não entrando no interior da casa.

Diante da confirmação de atentado e tentativa de intimidação, o jornalista chamou a Polícia Militar, que registrou o B.O. de disparo de arma de fogo. O crime, segundo o

jornalista tem motivações políticas. "Estou fazendo um trabalho que não tem agradado muito à atual administração e à pessoas influentes da política local. Sei que é por isso que estão tentando me intimidar", disse Wagner Zanan à polícia durante o registro da queixa.

O jornalista tem sido autor de matérias denúncia que acabaram virando peças processuais contra a administração municipal e até mesmo contra um deputado reeleito por Sorriso no Ministério Público Estadual e Eleitoral.

Santa Catarina

Gazeta de Joinville – Camboriú – 28 de setembro

Um grupo de capangas abordou a equipe de entrega do jornal Gazeta de Joinville no dia 28 de setembro, em Camboriú (SC). O grupo chegou dizendo ser da Polícia, fato que foi desmentido pela Polícia Militar que foi chamada para dar um jeito na situação. O pessoal da distribuição do jornal prestou depoimento na delegacia.

Esse grupo teria sido encabeçado por familiares do senador Leonel Pavan. Oitocentos exemplares do jornal foram perdidos na confusão.

Como foi constituído boletim de ocorrência e acionada a Polícia Militar, o grupo que tentou atacar o jornal alegou na delegacia que o jornal era panfletário porque trazia na capa a foto do senador Leonel Pavan abraçado com dois traficantes, Roberto Carlos Castagnaro e Mexicano, ambos investigados pela Polícia Federal e pelo FBI por envolvimento no cartel de Juarez, organização criminosa responsável pela remessa de toneladas de cocaína para os Estados Unidos. Os dois seriam sócios na lavagem de dinheiro usando o mercado imobiliário, casas de shows e bingos.

A equipe do jornal anotou as placas do veículo Toyota Hylux cor preta que participou do cerco. Após levantamento feito pela redação chegou-se ao nome de Leonel Pavan Júnior, filho do senador.

São Paulo

Almir Marcelo, motorista do Diário de Marília – Marília – 18 de julho

Outro caso de violência ocorreu no dia 18 de julho, quando um homem foi preso em Marília (SP), após um tiroteio no centro da cidade. Ele teria confundido o motorista Almir Marcelo com o diretor de jornalismo do jornal Diário de Marília, José Ursílio.

Os disparos não atingiram o motorista, mas policiais que efetuaram a prisão registraram que ouviram o agressor declarar "matei o José Ursílio". O diretor do jornal pediu proteção policial para ele e sua família. O jornal foi vítima de um incêndio criminoso em setembro de 2005.

Imprensa Livre – São Sebastião – 18 de maio

O jornal "Imprensa Livre", de São Sebastião, litoral norte de São Paulo, foi invadido por três homens armados às 4 horas da madrugada do dia 18 de maio. Após renderem e agredirem funcionários que estavam trabalhando, os criminosos espalharam gasolina e atearam fogo em equipamentos e exemplares do jornal que estavam impressos.

Dois jornalistas e um fotógrafo escaparam por pouco da ação dos marginais. Um dos jornalistas, ao ouvir barulho e gritos no parque gráfico, conseguiu se esconder em outro departamento do jornal. O outro jornalista e o fotógrafo haviam saído minutos antes da chegada dos marginais ao parque gráfico do jornal, para uma reportagem no Pronto Socorro da área central de São Sebastião.

Segundo testemunhas, os agressores advertiram o jornal a não publicar mais informações sobre o PCC. Suspeita-se, porém, que o incêndio nada tem a ver com a organização criminosa, mas sim com ações a mando de políticos e empresários que divergem da linha editorial do jornal.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo emitiu nota de repúdio ao ataque.

Mogi News – Mogi das Cruzes – 13 de janeiro

Uma bomba de efeito moral, de uso exclusivo das Forças Armadas, explodiu na madrugada do dia 13 de janeiro na portaria do "Mogi News", em Mogi das Cruzes, interior paulista.

De acordo com Jackson Tavares, segurança do jornal, por volta de 01h20 um carro de cor escura passou próximo à portaria do prédio onde fica a redação. Dois minutos depois, a bomba explodiu. A informação é da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O editor-chefe do jornal, Márcio Siqueira, disse que há dez anos não havia registros de atentados contra órgãos de imprensa em Mogi, "mas nós temos suspeitas de que o episódio pode ter sido uma tentativa de intimidação contra o Mogi News, porque ele tem sido operante em sua linha editorial na defesa dos transportes coletivos e contra a indústria da multa. Por isso a bomba pode ter sido uma forma de retaliação".

O Mogi News foi fundado há 30 anos e circula, desde 1997, de terça a domingo, na região do Alto Tietê, Mogi das Cruzes e mais 11 cidades da Região Metropolitana de São Paulo.

8. Desrespeito ao Sigilo de Fonte

Distrito Federal

Folha de São Paulo – Brasília – Setembro a Novembro

Um dos telefones da sucursal de Brasília do jornal "Folha de São Paulo", instalado no comitê de imprensa da Câmara dos Deputados, teve o seu sigilo quebrado em meio às investigações da compra do dossiê PT-sanguessugas. As informações são da "Folha".

De acordo com a reportagem do jornal, o pedido de quebra feito pela Polícia Federal à Justiça, no dia 24 de setembro, incluiu ainda outros 168 números telefônicos, entre eles o do aparelho celular profissional utilizado por uma repórter da "Folha".

Os números investigados estavam registrados no celular de Gedimar Passos, um dos detidos pela PF em 15 de setembro por negociar o dossiê.

A PF alega que não sabia que os telefones eram do jornal, e que não buscou investigar procedimentos da "Folha". "Vimos que todas as ligações feitas pela 'Folha' foram posteriores a essa data (da prisão), que os jornalistas estavam apenas tentando obter mais informações sobre o caso. Logo descartamos qualquer investigação sobre a 'Folha'", disse o delegado responsável pelo caso, Diógenes Curado.

Paraná

Jornalistas da Gazeta do Povo e Folha de S. Paulo – Curitiba – 26 de setembro

Em nota, emitida em 26 setembro, a diretoria da **FENAJ** e o Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor) condenaram o pedido de quebra de sigilo telefônico de jornalistas da Gazeta do Povo e Folha de S. Paulo, protocolado na Justiça pela coordenação de campanha do então candidato à reeleição ao governo do Paraná, Roberto Requião (PMDB).

Os profissionais têm acompanhado e assinado reportagens a respeito dos grampos telefônicos feitos por um ex-funcionário da Casa Civil e que se apresentava como assessor do governador. Para a **FENAJ**, a quebra do sigilo telefônico é uma flagrante violação ao princípio constitucional que assegura proteção às fontes jornalísticas.

Rio Grande do Sul

Luciamem Caiaffo Winck, Luis Gonçalves e Jurema Josefa – Camaquã - Março

Com o objetivo de obter as fontes de matéria jornalística, o delegado titular da Delegacia de Polícia Regional de Camaquã, Rudimar de Freitas Rosales, intimou para

depor os jornalistas Luciamem Caiaffo Winck, Luis Gonçalves e Jurema Josefa, todos do Correio do Povo.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul emitiu nota para denunciar a tentativa de intimidação e violação do direito de preservação de fontes. A nota diz que os Jornalistas receberam tratamento de indiciados, foram pressionados para que indicassem à polícia as fontes do episódio da Aracruz, divulgados pela imprensa, causando constrangimento aos profissionais.

O governador do Estado, Antônio Hohlfeldt, também membro da Comissão de Ética da entidade sindical, entrou prontamente em contato com o sindicato, garantindo tomar as providências adequadas ao caso.

São Paulo

Júlia Dualibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro – São Paulo - Outubro

Três profissionais da revista "Veja", Júlia Dualibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro, em outubro de 2006, sofreram tentativa de intimidação na Polícia Federal (PF) para revelarem as fontes utilizadas na matéria "Operação abafa", onde afirmam que o ministro da Justiça teria orientado policiais e acusados a blindarem o presidente da República das acusações envolvendo o Dossiê Cuiabá.

Ao tomar conhecimento do fato, a **FENAJ** entrou imediatamente em contato com a Superintendência da PF em Brasília, que assegurou a legalidade da convocação e um tratamento não intimidatório aos profissionais.

Outra providência foi solicitar que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo entrasse em contato com os envolvidos. Porém a direção da Veja declarou ao sindicato que só iria se manifestar através de nota oficial durante a noite.

A nota divulgada pela Veja afirma que houve constrangimentos aos jornalistas. Mas a procuradora da República, Elizabeth Kobayashi, que testemunhou os depoimentos, afirmou que, no seu entendimento, não houve intimidação pessoal.

COBERTURA DE RISCO

Pará

Alexandra Jamile e Antônio Silva – Belém – 3 de março

No dia 03 de março, uma equipe de reportagem foi assaltada e ameaçada de morte durante cobertura jornalística em Belém. Os repórteres Alexandra Jamile e Antônio Silva, do jornal "O Liberal", foram vítimas de assalto a mão armada, no bairro da Sacramento, onde estavam fazendo matérias sobre enchentes no Canal do Jacarezinho.

Em Carta aberta à sociedade, o Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) condenou a violência e denunciou que, nos últimos tempos, tem crescido o número de equipes de reportagem que são ameaçadas com armas de fogo ou tiveram seus pertences e equipamentos de trabalho roubados durante o exercício profissional.

Leonardo Aquino (repórter), Jorge Ladimar (repórter cinematográfico) e Wanderley (auxiliar) – Belém – 25 de março

O repórter Leonardo Aquino, o cinegrafista Jorge Ladimar e o auxiliar Wanderley, da "TV Liberal", afiliada da "TV Globo" no Pará, foram assaltados no dia 25 de março, às 13h30 dentro de um laboratório de informática da escola estadual Maria Luiza Costa Rego, no bairro do Benguí, em Belém.

Dois assaltantes armados entraram na escola e foram direto para a sala de informática. Cerca de 150 pessoas estavam na escola participando da programação pelo dia da Inclusão Digital. A equipe estava fazendo matéria sobre o assunto.

Os bandidos procuravam por uma câmera digital. Chegaram a pegar o equipamento dos ombros do cinegrafista, mas largaram a câmera no chão, insistindo pela digital de tamanho menor. O cinegrafista respondeu que só existia aquela. Os assaltantes então roubaram dois celulares do repórter, um pessoal e outro da empresa, e os celulares do repórter cinematográfico e de um funcionário da Secretaria de Educação (Seduc) que também estava na sala.

Estudantes da escola identificaram dois dos assaltantes pelos prenomes de André e Clayton. Mais dois comparsas estavam do lado de fora da escola. Às 16 horas policiais militares prenderam um adolescente de 15 anos na casa dele, no Benguí. Ele foi reconhecido por funcionários e estudante da escola, mas não foi reconhecido pelo repórter como um dos assaltantes.

O repórter registrou o crime na Seccional da Marambaia e também prestou depoimento ao delegado Fabiano Amazonas, na Data.

Rio de Janeiro

Jornalistas cariocas – Rio de Janeiro – Diversos em 2006

Os presidentes dos sindicatos patronal de Rádio e TV e o de Jornais e Revistas juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro manifestaram que promoveriam um treinamento para jornalistas que cobrem a violência no Rio de Janeiro.

O curso é uma das reivindicações sobre segurança feitas pelo sindicato dos trabalhadores nos acordos coletivos de 2005 e 2006, fruto de várias discussões da categoria que inclui ainda, a instalação de Comissões de Segurança nas Redações, formadas por jornalistas eleitos e com estabilidade funcional, para observar o cumprimento de regras gerais — como o uso de coletes, carros blindados, seguro de

vida, acompanhamento psicológico — e servir de referência em casos específicos, sem retirar da empresa a responsabilidade exclusiva sobre eventuais acidentes em trabalho.

O curso seria ministrado pela INSI (International News Safety Institute), com sede na Bélgica. A INSI foi criada pela Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e já treinou 512 profissionais em 12 países. Na América Latina, foram treinados jornalistas na Colômbia e na Venezuela. As vagas são abertas para todas as redações onde há jornalistas que se submetem, regular ou ocasionalmente, aos perigos da cobertura da violência.

São Paulo

Jornalistas de São Paulo – Capital paulista - Agosto

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo assumiu o compromisso de exigir das autoridades e empresários de comunicação garantias de segurança para o exercício profissional do jornalismo. A discussão foi iniciada a partir seqüestro de dois profissionais da TV Globo, ocorrida no dia 12 de agosto.

O presidente do sindicato, Guto Camargo, afirmou que a diretoria enviaria ofícios aos empresários e ao sindicato patronal exigindo reforço imediato na segurança dos jornalistas que trabalham em situação de risco e entraria em contato com a Casa Civil do Governo Estadual para marcar uma audiência com o governador, Cláudio Lembo. E também iria procurar o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O sindicato pretende também incluir nas futuras convenções coletivas, garantias reais de segurança aos jornalistas de São Paulo.

JULGAMENTOS E ARQUIVAMENTOS

Espírito Santo

Rede Gazeta – Vitória - Dezembro

O Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo (Sindijornalistas) realizou em Vitória (ES), no dia 8 de dezembro, uma manifestação pública para protestar contra a incapacidade do Estado em oferecer respostas e punição para os culpados pelo grampo nos telefones da Rede Gazeta de Comunicações, que completou naquela data um ano que o caso foi descoberto.

Quem mandou grampear? Essa é a pergunta que jornalistas e a sociedade capixaba fazem desde dezembro de 2005, quando cerca de 200 jornalistas tiveram suas conversas grampeadas, através da interceptação telefônica da central de celulares da Rede Gazeta de Comunicações, em Vitória, com o aval da Justiça, a pedido da Polícia Civil.

O episódio provocou reações na imprensa local e nacional, mas a única resposta obtida foi a exoneração do então secretário de Estado de Segurança Pública, Rodney Miranda.

O inquérito policial concluiu que houve um erro da operadora Vivo, que forneceu o número da central da empresa de comunicação à polícia como se fosse de uma empresa de fachada, cujos proprietários teriam envolvimento com o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho.

Esse fato foi desmentido pela própria Vivo, em documento enviado à Polícia Civil, durante o período de apuração do assassinato do juiz. O documento informava que o telefone interceptado pertencia à Rede Gazeta de Comunicações. O documento está anexado ao processo de apuração do assassinato de um juiz que combatia o crime organizado instalado no Espírito Santo.

Para o assessor jurídico do Sindijornalistas-ES, André Moreira, não há dúvidas que houve intenção de interceptar as ligações telefônicas dos jornalistas da Rede Gazeta. “O que nós ainda não sabemos é o motivo do grampo”, afirmou.

Rio de Janeiro

Sindicalistas Fred Ghedini, Aziz Filho, Luis Chaves e o repórter Murilo Fiúza de Melo – Rio de Janeiro - 1º de fevereiro

Em audiência do 10º Juizado Criminal Especial do Rio de Janeiro, dia 1º de fevereiro, o processo do empresário Nelson Tanure contra os sindicalistas Fred Ghedini, Aziz Filho, Luis Chaves e o repórter Murilo Fiúza de Melo foi arquivado porque Tanure faltou à audiência.

Em apoio aos jornalistas processados, a **FENAJ** também acompanhou a audiência no Rio, através de seu diretor Adalberto Diniz. O vice-presidente da **FENAJ** e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Fred Ghedini, o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio, Aziz Filho, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Luis Chaves, e o repórter Murilo Fiúza de Melo foram processados pelo empresário Nelson Tanure por calúnia e difamação, em função de uma matéria publicada na revista Lide, da entidade representativa dos jornalistas da capital carioca.

A matéria tratava da redução do número de funcionários do Jornal do Brasil e da Gazeta Mercantil, controlados por Tanure, e da pressão para que diversos profissionais aceitassem contratos como Pessoa Jurídica (PJ), sem direitos assegurados pela CLT.

Para o juiz Juarez Costa de Andrade, além de constranger os processados, o acusador mostrou desinteresse na ação ao faltar a duas audiências consecutivas. Por isso, ele determinou o arquivamento do processo e o pagamento das custas judiciais. O coordenador jurídico do grupo de Tanure, Alexandre Carneiro Monteiro anunciou que haveria recurso à decisão.

Os repórteres Lourival Sant'Anna e Alberto Komatsu, do jornal O Estado de São Paulo, autores de matérias sobre o empresário, também foram agredidos em matérias sem assinatura publicadas no Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil, além de serem ameaçados com processos judiciais.

Outro ataque desferido contra os jornalistas e sua organização ocorreu no dia 31 de janeiro, em matéria apócrifa publicada no JB On Line. A matéria atribuiu a Sérgio Murillo de Andrade, presidente da **FENAJ**, declarações críticas à gestão do ex-presidente da entidade e atual diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg.

Sérgio Murillo reagiu com indignação: "os jornais do Tanure inventam declarações e publicam mentiras. Em momento algum fui entrevistado sobre este assunto. É completamente fantasiosa a matéria e seu conteúdo desrespeita regras elementares do jornalismo", protestou.

No dia 30 de janeiro o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), aprovou moção de apoio aos jornalistas processados.

A **FENAJ** lançou manifesto de desagravo e solidariedade aos jornalistas agredidos por Tanure e já recebeu 680 adesões.

Diretoria da Fenaj

EXECUTIVA

Presidente: Sérgio Murillo de Andrade (Santa Catarina)

1º vice-Presidente: Fred Ghedini (São Paulo)

2º vice-Presidente: Antônio Pereira Filho (Alagoas)

Secretário-Geral: Celso Schröder (Rio Grande do Sul)

1º Secretário: Aloísio Lopes (Minas Gerais)

1ª Tesoureira: Maria José Braga (Goiás)

2ª Tesoureira: Carmen Lúcia Souza da Silva (Pará)

VICE-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

Vice Regional Centro-Oeste: Bety Rita Ramos (Distrito Federal)

Vice Regional Sul: Raquel de Carvalho (Londrina/PR)

Vice Regional Sudeste: Délio Rocha de Abreu (Minas Gerais)

Vice Regional Nordeste I: Paulo de Tarso Mamede (Ceará)

Vice Regional Nordeste II: Rogaciano de Medeiros (Bahia)

Vice Regional Norte I: Rosângela Alanis (Amazonas)

Vice Regional Norte II: Ana Cláudia Melo (Pará)

DEPARTAMENTOS

Departamento de Educação e Aperfeiçoamento Profissional

Suzana Tatagiba Fundão (Espírito Santo)

José Milton Santos (Minas Gerais)

Departamento de Relações Institucionais

Valci Zuculoto (Santa Catarina)

Iram de Sena Alfaia (Amazonas)

Depto. de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral

Osnaldo Moraes Silva (Pernambuco)

João Alves Brites (Rio Grande do Sul)

Departamento de Cultura e Eventos

Kardé Mourão (Bahia)

Moacir Maia dos Santos (Ceará)

Departamento de Mobilização em Assessoria de Comunicação

Fábia Gomes de Lima (Pernambuco)

Maria de Lourdes da Paixão Augusto (São Paulo)

Departamento de Relações Internacionais

Elisabeth Vilela Costa (Rio de Janeiro)

Daniel Herz (Rio Grande do Sul)

Depto. de Mobilização dos Jornalistas de Produção e Imagem

Raimundo Afonso Gomes (Acre)

Land Seixas de Carvalho (Paraíba)

Departamento de Saúde e Previdência
Sueli de Freitas Vicentini (Espírito Santo)
José Augusto de Oliveira Camargo (São Paulo)

Conselho Fiscal
Amilton Vieira (São Paulo)
Humberto de Andrade Silva (Roraima)
Adalberto Diniz (Rio de Janeiro)

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA

Carmem Lúcia Ribeiro Pereira (Rio de Janeiro)
José Hipólito Araújo (Pernambuco)
Luiz Antônio Spada (Goiás)
Aloísio Moraes Martins (Minas Gerais)
Luiz Ricardo Lanzetta (Distrito Federal)